

**CPDOC**

CONFLITO REGIONAL E CRISE POLÍTICA:  
a reação republicana no Rio de Janeiro  
(2ª edição)

Marieta de Moraes Ferreira

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE**  
**HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**

**RIO DE JANEIRO**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INDIPO / CPDOC

981.07  
#3830  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CPDOC

C P D O C

**CONFLITO REGIONAL E CRISE POLÍTICA:**  
a reação republicana no Rio de Janeiro  
(2ª edição)

Marieta de Moraes Ferreira

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

RIO DE JANEIRO  
1990

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha

Revisão de texto: Dora Rocha Flaksman

Datilografia: Maria Helena de França Santos

Nota:

Este texto foi produzido como parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre A política fluminense na 1a. República desenvolvido no Cpdoc em 1987.

F383 c

Ferreira, Marieta de Moraes.

Conflito regional e crise política:  
a reação Republicana no Rio de Janeiro/  
Marieta de Moraes Ferreira - 2a.ed.  
- Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e  
Documentação de História Contemporânea  
do Brasil, 1990.

112f.

1. Brasil-História-República Velha,  
1889-1930. 2. Peçanha, Nilo, 1867-  
1926. 3. Rio de Janeiro (Estado) - Po-  
lítica e governo, 1904-1922. I. Centro  
de Pesquisa e Documentação de História  
Contemporânea do Brasil. I. Título.

CDU 981.07

CDD 981.0543

CPDOC/INDIPO  
Fundação Getúlio Vargas

11.565 / 91

18.06.1991

## SUMÁRIO

Introdução: Nilo Peçanha e a tentativa de criação de um eixo alternativo de poder na República Velha/1

### I. A busca de unificação da política fluminense/7

1. Perfil e emergência das oposições/7
2. A reestruturação do PRF/13
3. A tentativa de pacificação/16
  - 3.1. Conciliação e coerção/16
  - 3.2. A reforma constitucional de 1920/18
4. As articulações com o governo federal/28
5. A ineficácia das medidas de conciliação política/31

### II. A sucessão presidencial de 1922 e a Reação Republicana/37

1. Origens da dissidência/37
  - 1.1. "Nilo vem aí: virá confundir ou ajudar?": a ambigüidade da política fluminense/42
2. O ataque a Santa Aliança: a formação da Reação Republicana/50
  - 2.1. A cooptação nos estados/53
  - 2.2. A campanha eleitoral/54
  - 2.3. As tentativas de aproximação com os militares/60
3. A eleição de Bernardes e a crise político-militar/62

### III. Os reflexos da crise nacional na política fluminense/70

1. A tentativa nilista de garantir o poder/70
2. As disputas eleitorais/73
  - 2.1. As eleições legislativas estaduais de dezembro de 1921/73
  - 2.2. A sucessão estadual de julho de 1922/74
  - 2.3. As eleições municipais de julho de 1922/83
3. O recuo do nilismo/86
  - 3.1. A ameaça de duplicata/86
  - 3.2. A intervenção federal em marcha/89

Notas/92

## Introdução

Nilo Peçanha e a tentativa de criação de um eixo alternativo de poder na República Velha

A estruturação e o funcionamento do esquema de dominação oligárquica sob a hegemonia de Minas Gerais e São Paulo durante a República Velha desde o início abriu espaço para o surgimento de conflitos no seio da classe dominante. Nem mesmo o consenso existente no interior dos grupos agrários, resultante da identidade de classe dos proprietários de terras e da fórmula política adotada com a proclamação da República - um sistema oligárquico baseado num liberalismo excludente que garantia a manutenção da maioria da população à margem do processo político - foi capaz de eliminar as tensões no interior dos grupos dominantes regionais.<sup>1</sup>

A insatisfação dos estados de segunda grandeza diante das deformações do federalismo, que limitavam grandemente sua autonomia no campo político e subordinavam seus interesses econômico-financeiros aos interesses do binômio Minas-São Paulo, criou condições para o surgimento de iniciativas que visavam à formação de um eixo alternativo de poder capaz de se contrapor à dominação oficial. Embora essas iniciativas nem sempre fossem claramente delineadas e explicitadas e se caracterizassem por uma instabilidade dos atores-esta-

dos nelas engajados, é possível identificá-las ao longo da República Velha.

Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, eram estados que haviam ocupado posições-chaves na sustentação do Estado Imperial.<sup>2</sup> Com a proclamação da República e o agravamento da crise de suas economias, foram relegados a um papel secundário. No federalismo, ocupavam portanto posições equivalentes e tinham potencialmente o objetivo comum de ampliar seu poder de barganha frente ao eixo Minas-São Paulo. O Rio Grande do Sul, por seu lado, embora desfrutasse de uma posição privilegiada em relação aos pernambucanos, baianos e fluminenses, ressentia-se da dominação mineiro-paulista, tendo seus interesses inúmeras vezes prejudicados.<sup>3</sup>

A meta das facções dominantes desses estados era assim a maior participação no sistema federalista implantado com a Constituição de 1891, o que só se tornaria viável através da melhor repartição do poder entre os diferentes grupos regionais. A articulação desse projeto alternativo, entretanto, não representava uma ruptura com o modelo oligárquico-clientelístico em vigor, e conseqüentemente suas propostas não extrapolavam aqueles limites. Na verdade, as demandas dos estados de segunda grandeza centravam-se em grande parte numa distribuição mais igualitária das benesses clientelísticas federais.

Dentro desse quadro, ganha destaque a figura de Nilo Peçanha, líder fluminense que desde as primeiras décadas da República alcançou uma projeção nacional. O período de dominação nilista no estado do Rio, que se estendeu de 1904 a 1922, é de fato caracterizado pela busca de uma maior margem de manobra para os grupos dominantes fluminenses no contexto da política dos governadores.<sup>4</sup> Se em diversas oportunidades Nilo Peçanha firmou acordos, articulou-se e mesmo submeteu-se às oligarquias mineira e paulista, isso não impediu que

sua posição e a de seu grupo frente às diversas sucessões presidenciais federais divergissem das orientações traçadas pelos dois grandes estados, evidenciando tentativas de aproximação com Bahia e Pernambuco, e em alguns momentos com o Rio Grande do Sul, na busca de apoio para suas pretensões na política nacional.

Constituinte em 1891 e sucessivamente reeleito deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense (PRF) durante os anos 90, Nilo Peçanha começou a consolidar sua liderança política a partir de 1898, quando se notabilizou por defender na Câmara o governo de Campos Sales. Também a partir deste momento, ainda que aumentou sua influência dentro do PRF, abalado pela cisão entre os antigos líderes Tomás Porciúncula e Alberto Torres. Sua ascensão prosseguiu com sua eleição em 1903 para a presidência do estado do Rio, que exerceu de 1904 a 1906, quando renunciou para assumir a vice-presidência da República ao lado de Afonso Pena. Com a morte deste em 1909, foi incumbido de completar seu mandato até 1910, vendo assim o país com surpresa um representante fluminense galgar ao mais alto posto do Poder Executivo federal.

Aberta a questão sucessória e lançadas as candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa, Nilo pensou em renunciar à presidência da República, passando-a a Quintino Bocaiúva, vice-presidente do Senado, para poder se apresentar como candidato de conciliação.<sup>5</sup> Seu plano, no entanto, não obteve êxito, e em 1910 o marechal Hermes tomou posse, retirando-se Nilo para a Europa.

A sucessão presidencial de 1914 veio oferecer uma nova oportunidade para Nilo Peçanha e seu grupo. Nilo tinha a intenção de lançar-se candidato com o apoio da Bahia e Pernambuco, mas o alinhamento do Rio Grande do Sul a Minas e São Paulo acabou por eliminar as chances de sucesso dessa iniciativa. Com o apoio dos três estados,



foi eleito na ocasião o mineiro Venceslau Brás. Voltando-se então para o estado do Rio, Nilo foi mais uma vez eleito presidente estadual, e exerceu o mandato até 1917, quando novamente renunciou, agora para assumir a pasta de Relações Exteriores, vaga com a saída de Lauro Müller.

Por não ter deixado o ministério a tempo de se desincompatibilizar, Nilo não pôde pretender candidatar-se em 1918, quando foi eleito Rodrigues Alves, que faleceu pouco depois, nem em 1919, quando novas eleições presidenciais foram convocadas. Neste momento, Nilo articulou a candidatura de Rui Barbosa, pela Bahia, em oposição ao candidato oficial, o paraibano Epitácio Pessoa, que foi eleito com o apoio de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A conjuntura política aberta com a posse de Epitácio Pessoa veio colocar para Nilo Peçanha e seu grupo novos desafios. Depois de algumas tentativas infrutíferas, ficava implícito que a próxima sucessão presidencial de março de 1922 representaria novamente uma oportunidade para as forças oligárquicas potencialmente dissidentes se articularem na disputa pela presidência da República.<sup>6</sup> Essa perspectiva implicava entretanto o rearranjo de inúmeros fatores, e faltavam ao grupo nilista os pré-requisitos necessários para alcançar seu intento.

Em primeiro lugar, as relações de Nilo Peçanha com o governo federal apresentavam-se indefinidas e até certo ponto pouco amistosas, em virtude da posição da política oficial fluminense por ocasião da eleição de Epitácio. Além disso, dentro do próprio estado do Rio fortaleciam-se as oposições ao nilismo, abalado igualmente por contradições internas. É preciso não esquecer que o bom desempenho das oligarquias estaduais passava obrigatoriamente pela unificação das forças internas. Para Nilo Peçanha, portanto, pacificar a políti-

ca estadual constituía-se em uma preocupação central. Solucionada essa questão a contento, Nilo ganharia um respaldo que facilitaria grandemente sua performance na aglutinação de forças na esfera federal em torno de seu nome, além de neutralizar possíveis investidas de forças externas no estado do Rio.

Ao deixar a presidência do estado em 1906, Nilo foi substituído pelo vice Oliveira Botelho, que logo foi forçado a retirar-se, realizando-se novas eleições. O eleito foi Alfredo Backer, que tomou posse em janeiro de 1907, mas já em setembro rompeu com o nilismo. Embora tivesse perdido o domínio sobre o governo do estado, Nilo manteve o controle sobre a Assembléia Legislativa, conservando sua liderança sobre a política fluminense. Em 1910, Backer passou o governo ao novo presidente estadual eleito, Oliveira Botelho, que no último ano de seu mandato, em 1914, rompeu igualmente com o Nilo. Isto não impediu que o próprio Nilo o sucedesse, passando o governo em 1917, pacificamente, a Gerard Collet. Na sucessão estadual de 1918, no entanto, surgiu uma disputa dentro do nilismo em torno da escolha do candidato. Lançados os nomes de Raul Fernandes e de João Guimarães, a impossibilidade de acordo resultou na escolha do tertius Raul Veiga.

As disputas entre nilistas e a rearticulação das oposições, favorecida pela posição de Nilo contrária à eleição de Epitácio Pessoa, criavam portanto dificuldades para a política fluminense às vésperas da eleição de 1922. Já em 1919, em entrevista ao jornal O Estado, o político campista Pereira Nunes fazia uma avaliação dos problemas a serem enfrentados:

"As facções partidárias quase sempre se digladiam para a conquista das posições governamentais buscando caminhos mais fáceis. A ambição do mando é quase uma neurose, o que dá à nova

politicalha fluminense um caráter pitoresco e às vezes selvagem. Essas políticas são danosas ao interesse do Estado, daí a necessidade de uma política pacificadora.

São Paulo, o grande Estado da federação, encobre as divergências e atritos do partidarismo em prol da prosperidade e da terra paulista. Apesar de grupos opostos, e das diversas correntes de política do Estado se digladiarem em lutas internas, todos os elementos se congregam para o brilho e o esplendor de São Paulo."<sup>7</sup>

Enfrentar este tipo de problema era portanto fundamental para a política fluminense na sucessão de 1922. Mais que nunca era preciso elaborar uma proposta de conciliação política interna, de fortalecimento da máquina nilista e de relacionamento cordial com o governo federal.

Nilo Peçanha sem dúvida tentou fazê-lo. Embora não obtivesse êxito nessas tentativas, não recuou de seu objetivo final e lançou-se candidato à presidência na campanha abertamente oposicionista de Reação Republicana, contra o candidato oficial Artur Bernardes. As conseqüências de seu gesto corresponderam ao risco que representava: com a vitória de Bernardes, o nilismo foi banido dentro do próprio estado do Rio.

## I. A busca de unificação da política fluminense

### 1. Perfil e emergência das oposições

A bibliografia clássica relativa ao funcionamento da política na República Velha descreve as correntes oposicionistas oligárquicas como dispersas, com grande dificuldade de unificação e na verdade sempre dispostas a apoiar o governo estadual.<sup>8</sup> Mais recentemente, Paul Cammack, criticando Vítor Nunes Leal, defendeu a existência de uma oposição mais articulada e portadora de formulações políticas mais consistentes.<sup>9</sup>

Os dados colctados em nossa pesquisa revelam que as oposições fluminenses aproximavam-se no essencial do modelo traçado por Vítor Nunes, ainda que em determinadas conjunturas pudessem ter ampliado seu papel e aspirado de fato a conquistar o poder. A análise de sua composição e de sua atuação de modo geral revela a falta de coesão e a ausência de uma proposta alternativa coerente. Na verdade, seu fortalecimento e dinamismo sempre estiveram diretamente subordinados ao apoio federal, decorrente por sua vez dos conflitos que a situação pudesse ter com o poder central.

Foi exatamente esta a situação que se criou nas eleições presidenciais de 1919. Depois de um período relativamente longo em que Nilo Peçanha implementou uma política extremamente rigorosa em relação às oposições, restringindo sua participação e degolando seus

candidatos,<sup>10</sup> inaugurou-se uma nova conjuntura favorável à rearticulação das forças oposicionistas no cenário político fluminense.

Com a morte do presidente eleito Rodrigues Alves antes mesmo de tomar posse, novas eleições foram convocadas para abril de 1919. Em fevereiro, Nilo Peçanha lançou a candidatura de Rui Barbosa, que de início recebeu grande adesão e obteve inclusive o apoio das forças dissidentes paulistas. O grande obstáculo à candidatura de Rui era no entanto seu compromisso com a revisão constitucional, que impedia o apoio dos grandes estados. Coube a Minas apresentar um novo candidato, e ao ter início a Convenção Nacional destinada a indicar o candidato oficial, já havia sido articulado o nome de Epitácio Pessoa. Alegando não concordar com os critérios de indicação adotados pela Convenção, Rui negou-se a participar dela e apresentou-se como candidato de oposição, apoiado pela situação no estado do Rio e por grupos oposicionistas da Bahia.<sup>11</sup>

Do momento em que as forças nilistas decidiram sustentar uma candidatura dissidente à presidência da República, as oposições fluminenses encontraram uma excelente oportunidade de rearticulação. Chamados a enviar representantes à Convenção Nacional, esses grupos apoiaram Epitácio Pessoa e comprometeram-se a defender seu nome no estado do Rio. Logo a seguir, a imprensa de Niterói começou a noticiar encontros e reuniões de oposicionistas, chegando a qualificar o momento como o de um "surto das oposições".<sup>12</sup>

Tal situação foi bem retratada pelo oposicionista Norival Freitas, que, em entrevista a O Estado, declarou a respeito da reorganização das oposições: "O movimento operado ultimamente com a sucessão presidencial trouxe, além de outros, esse grande benefício. Não era possível que a oposição no meu estado continuasse dispersa como até então. Na próxima eleição presidencial já entraremos na lu-

ta".<sup>13</sup>

O primeiro grupo a se rearticular foi o liderado por Alfredo Backer. Em suas fileiras incluíram-se, entre outros, Henrique Borges, Paulino Soares de Souza, Joaquim Moreira, Faria Souto, Abreu de Lima e Norival Freitas. Nesse conjunto encontravam-se desde ex-nilistas, como o próprio Backer e Henrique Borges, até oposicionistas tradicionais, como Paulino Soares de Souza.

O objetivo de Backer era reunir todos os elementos contrários a Nilo no estado e liderar a oposição como um todo, considerando-se como o legítimo detentor da sigla do PRF. Tendo como principais áreas de apoio os municípios de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e Barra Mansa, o grupo backerista teve a consolidação do seu poder político facilitada graças não só a seu tipo de atuação, marcado por uma postura mais conciliadora e adesista, como também às características de suas áreas de dominação, mais urbanizadas e conseqüentemente possuidoras de um eleitorado menos suscetível às pressões da situação.<sup>14</sup> Apesar dessa possibilidade de maior autonomia, o grupo não apresentava nenhuma proposta alternativa às forças dominantes, relativa à organização política e econômica do estado. Suas críticas à performance da situação eram em geral amenas e sempre marcadas por um caráter colaboracionista.

A segunda corrente oposicionista revigorada em 1919 era liderada por Miguel de Carvalho e Oliveira Botelho, e se apresentava sob a sigla do Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), numa tentativa de reeditar a agremiação que existira no estado do Rio no começo dos anos 10, como uma seção do Partido Republicano Conservador, nacional. Essas lideranças também se atribuíam o papel de herdeiras de Pinheiro Machado.

Embora interessada no avanço da união oposicionista, essa facção tinha sérias restrições ao encaminhamento que vinha sendo dado à questão pela corrente backerista. Dispondo de bases de apoio dispersas por todo estado e incluindo nomes de longa tradição oposicionista, como Feliciano Sodré, Everardo Backheuser e Galdino de Vale Filho, esse grupo tinha uma postura muito mais agressiva e se propunha "a combater decididamente a prepotência do situacionismo fluminense e especialmente seu chefe político, o Dr. Nilo Peçanha".<sup>15</sup> Apesar disso, o peso político do PRCF foi inicialmente menor, e sua capacidade de articulação mais reduzida do que a do grupo backerista.

Questionando a pretensa liderança de Backer e seu grupo no processo de reorganização das oposições, o PRCF alegava que não havia "absolutamente na atual movimentação a precedência a que se aludiu na reorganização partidária, do grupo que obedece à orientação de Backer: há sim uma feliz convergência natural e irresistível das várias correntes oposicionistas no sentido de uma coligação eficiente em torno das mesmas idéias".<sup>16</sup>

Ficava claro assim que a linha proposta pelo PRCF previa a união das oposições através de uma coligação em que as diferentes facções ocupassem posições equivalentes, ao contrário do que acontecera em pleitos anteriores, quando acabaram subordinadas à corrente backerista.

Numa análise retrospectiva, a direção do PRCF alegava que nunca tinha havido no estado do Rio o menor desprendimento na busca da desejada união. No seu entender, o que se pretendia "era a votação para determinado indivíduo que até então não dera o menor sinal de oposicionista (...). Enquanto isso, nosso partido sofreu toda sorte de perseguição. Durante o governo do Dr. Venceslau Brás nos-

...os amigos foram despojados de todas as suas posições. Contra nós, que éramos os únicos oposicionistas, desabaram sem piedade as demissões (...) Apesar disso não conseguiram sufocar o sentimento partidário de grande número de nossos amigos, que se mantêm em suas respectivas circunscrições, firmes e decididos a sustentar nosso programa".<sup>17</sup>

Esse depoimento demonstra os ressentimentos do PRCF frente ao grupo backerista e ilustra exemplarmente as contradições que envolviam as oposições fluminenses, bem como as dificuldades para a concretização de uma união estável.

Mais uma vez Pereira Nunes detecta com clareza os limites que marcavam a prática oposicionista: "A dificuldade está em congrega[r] esses elementos. A natural heterogeneidade de origem das atuais facções e outros muitos fatores impedem uma organização que seria de proveito. É lamentável; mas é uma consequência da falta de programa nos partidos e da dificuldade de organizá-lo".<sup>18</sup>

A despeito dessas dificuldades, as oposições viam com otimismo seu futuro próximo, em virtude das possibilidades de ajuda do governo federal. A questão fundamental não era exatamente organizar-se internamente de maneira consistente, mas obter o apoio do poder central, que seria de fato a instância definidora de sua sorte.

As eleições para a presidência da República finalmente se realizaram a 14 de abril de 1919. Enquanto os nilistas articularam todas as suas forças em favor de Rui Barbosa,<sup>19</sup> o PRCF e o grupo backerista naturalmente deram seu apoio a Eptácio. A vitória de Eptácio criou grandes expectativas entre a oposição, que chegou a acreditar na possibilidade de uma inversão na ordem política do estado, com a deposição do governo nilista encabeçado por Raul Veiga.<sup>20</sup>



Esta hipótese, no entanto, não se concretizou.

Paralelamente à eleição presidencial, surgiu no estado do Rio a necessidade de preencher uma cadeira na Câmara Federal, vaga com o falecimento de um deputado nilista. Os nilistas lançaram a candidatura de Manuel Reis, enquanto a oposição indicou o backerista Joaquim Moreira. Apesar das expectativas oposicionistas, o candidato nilista foi eleito e empossado.

A postura oposicionista de Nilo e seu grupo não comprometeu portanto seu controle sobre o estado do Rio. A oportunidade mais adequada para a deposição de uma facção política detentora do poder geralmente se apresentava por ocasião das eleições estaduais, quer para o Executivo quer para o Legislativo, quando se abria a possibilidade de duplicação de governo ou de assembléia, com o conseqüente caos político e a intervenção federal. Não era este o caso naquele momento. Raul Veiga, eleito em julho de 1918 e empossado em 31 de dezembro seguinte, permaneceu à frente do governo. As eleições para Assembléia, realizadas em janeiro de 1919, haviam transcorrido sem que a oposição sequer tivesse apresentado uma chapa.

Além disso, imediatamente após a eleição de Epitácio, as forças nilistas iniciaram uma política de aproximação com o presidente, tentando neutralizar sua postura oposicionista anterior. Com isso, a possibilidade de deposição do nilismo ficava afastada temporariamente, ao menos até o próximo pleito estadual.

Ainda assim, as oposições ganharam um espaço maior de atuação e passaram a contar com algum respaldo da esfera federal. Nesse quadro, tornava-se importante para os nilistas reorientar seu esquema de atuação política.

## 2. A reestruturação do PRF

O ponto de partida formal para a reestruturação da política fluminense foi a convenção do PRF, realizada em maio de 1920 na Assembléia Legislativa com o objetivo de eleger a comissão executiva do partido, extinta desde dezembro de 1917. Diferentemente de ocasiões anteriores, quando a escolha da comissão transcorria sem maior alarde e muitas vezes a portas fechadas, esta eleição transformou-se num evento político. A convenção foi presidida por Nilo Peçanha e contou com a presença de representantes de todos os municípios, ou seja, os presidentes das Câmaras Municipais, além de todos os parlamentares estaduais e federais.

A grande novidade foi a presença de Nilo Peçanha, que, segundo O Estado, desde que assumira a chefia do PRF havia mais de 20 anos, nunca havia participado dos trabalhos de uma convenção ou reunião oficial de seu partido,<sup>21</sup> o que demonstrava um absoluto desca-so pela institucionalização de uma política partidária. O comparecimento de representantes de todos os municípios foi igualmente um acontecimento significativo. Tais fatos indicavam sem dúvida a tentativa de promover algumas alterações na maneira de organizar a vida política fluminense. Um primeiro aspecto a ser destacado estaria na intenção de atribuir um papel mais relevante ao partido, de dar um caráter mais institucionalizado ao seu funcionamento, e de buscar um maior estreitamento nas relações com as bases locais.

Mesmo que essas iniciativas pudessem ter um caráter essencialmente formal, elas expressavam a tendência a uma certa despersonalização da vida partidária. Ainda que a eleição da comissão executiva não passasse por um processo de escolha mais democrático, uma vez que os nomes já tinham sido determinados em conchavos anteriores

e que a designação das representações municipais estivesse vinculada à função de presidente da Câmara Municipal e não à indicação de um diretório local, a convocação desses representantes denotava um movimento de busca de maior apoio nas esferas locais.

A explicação para essas alterações encontra-se num contexto que exigia um novo tipo de relacionamento das forças nilistas com as oposições e com o governo federal, e até mesmo uma pacificação interna, em virtude da crise que teve lugar por ocasião da sucessão estadual de 1918 entre as facções de João Guimarães e de Raul Fernandes. Além disso, a necessidade de fortalecimento do partido devia-se em grande parte ao planejado afastamento de Nilo Peçanha do cenário político e da condução direta dos negócios fluminenses. Permanecendo à frente da política estadual, além de enfrentar os constrangimentos decorrentes da derrota de Rui Barbosa, Nilo sofreria os inevitáveis desgastes trazidos pela condução cotidiana dos negócios políticos. A idéia fundamental era preservá-lo dos conflitos, mantendo sua imagem de grande estadista, adquirida principalmente através de seu desempenho no Ministério das Relações Exteriores. De acordo com essa estratégia, Nilo Peçanha deveria ausentar-se do país, como realmente o fez, permanecendo na Europa de maio de 1920, logo após o término da convenção do PRF, até às vésperas da convenção para a escolha de um novo candidato à presidente da República, em junho de 1921, e mantendo-se aparentemente afastado de todas as articulações políticas em curso nesse período.

Nesse quadro, a convenção do PRF tinha também a função de formalizar a passagem da chefia da política fluminense das mãos de Nilo para as de Raul Veiga. A escolha justificava-se não só por ser Raul Veiga o chefe do Executivo estadual, mas também por ser figura de absoluta confiança de Nilo,<sup>22</sup> e plenamente afinada com a lideran-

ça de Raul Fernandes, que ganhava cada vez mais espaço no interior do partido.

No que diz respeito à organização da comissão executiva, os nomes escolhidos foram José Tolentino, pelo 1º distrito; Ramiro Braga, pelo 2º; Temístocles de Almeida, pelo 3º; Francisco Marcondes, pelo 4º, e Raul Fernandes, pelo 5º. A característica principal dessa comissão é que ela era formada exclusivamente por membros da bancada federal, diferentemente de outras comissões, onde se privilegiou a incorporação de lideranças regionais ou locais. Além disso, à exceção de Ramiro Braga, todos os demais elementos eram totalmente afinados com a facção liderada por Raul Fernandes. Além de ter sido pessoalmente excluído, João Guimarães não teve qualquer aliado seu incluído na comissão executiva.

Pode-se supor que a vitória dessa orientação estivesse ligada ao interesse de privilegiar as relações e as articulações na esfera federal. De fato, grande parte desses nomes possuíam trânsito fácil junto a destacadas figuras do cenário político nacional, o que era considerado importante na montagem de um esquema que beneficiasse a obtenção de apoios para Nilo com vistas à sucessão de 1922.

Entre as definições políticas trazidas à luz na convenção do PRF, devem sem dúvida ser ressaltadas as propostas concernentes ao relacionamento com o governo federal. A tônica do discurso nilista nessa questão era a busca de aproximação e apaziguamento. O discurso de Ramiro Braga, líder da bancada fluminense na Câmara Federal, é esclarecedor a esse respeito: "Não foi, no último pleito presidencial, uma atitude pessoal a que assumimos não sufragando o nome de Epitácio com os nossos votos, mas sim o reconhecimento no egrégio Sr. Rui Barbosa dos inolvidáveis serviços prestados ao país (...). Mas, uma vez verificada por nós mesmos a verdade eleitoral, não nos cabia

de direito (...) manter uma atitude de antagonismos e combate." Dentro desse espírito, Ramiro Braga propôs uma moção de apoio ao patriótico e esclarecido governo de Epitácio Pessoa.<sup>23</sup> Com isso ficava definida a postura do governo fluminense frente ao novo presidente da República.

Encerrada a convenção, iniciava-se uma nova etapa para a política nilista, em que seriam enfatizadas, de um lado, a formulação de novos canais de relacionamento com o governo federal e, de outro, a busca da unificação da política fluminense. A condução dessa proposta ficou em grande parte entregue à facção liderada por Raul Fernandes, que, a partir de então, não só passaria a controlar os postos-chaves da política fluminense, como se encarregaria de implementar as medidas fundamentais para o sucesso do projeto nilista.

Ainda que isto não tenha ficado claramente explicitado, é de se supor que durante a convenção tenha sido alterado o nome do PRF. A partir de então, sem nenhum comunicado oficial, os nilistas passaram a se referir a seu partido como o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), ficando a sigla PRF com o grupo backerista.

### 3. A tentativa de pacificação

#### 3.1 Conciliação e coerção

A política interna nilista em face das oposições não teve seus contornos claramente delineados na convenção do PRF de 1920. Suas diretrizes básicas podem assim ser detectadas muito mais através da prática política quotidiana do que de enunciados claros, de declarações de intenção ou de acordos formais com as correntes oposicionistas.<sup>24</sup>

A idéia de conciliação já vinha se manifestando desde a eleição de 1918 para o governo estadual. Traçando o perfil do candidato ideal à presidência do estado, dizia na época Raul Fernandes: "Meu pensamento é que, na iminência de um governo partidário, qualquer combinação que nos desse um presidente conciliador e imparcial seria útil ao Estado e aos nossos correligionários".<sup>25</sup>

A conciliação já era então colocada como uma questão fundamental, mas nada se adiantava acerca dos caminhos a serem trilhados para alcançá-la. Na verdade, as tentativas nesse sentido, além de não obedecerem a acordos prévios formalizados, não eram generalizadas para todas as facções da oposição. Estava-se, na maioria das vezes, de medidas parciais e localizadas.

Os protestos de um chefe nilista do município de Barra Mansa em 1919 deixam entrever que ali se faziam concessões à oposição. Em carta a Nilo Peçanha, Teixeira Brandão denunciava então que o governo estadual havia invertido a ordem política do estado, "prestigiando os adversários em detrimento dos amigos".<sup>26</sup> Também em Itaperuna, importante município cafeeiro do norte fluminense, foram feitas numerosas nomeações de oposicionistas para cargos municipais em detrimento dos próprios nilistas.<sup>27</sup>

Além da distribuição de cargos, a partir do governo Raul Veiga as oposições foram também contempladas com uma maior benevolência em seus recursos eleitorais. Em Niterói, por ocasião das eleições municipais de 1919, os partidários do backerista Norival Freitas conseguiram obter a quantidade de votos necessária para eleger representantes para a Câmara Municipal; contudo, não conseguiram ver diplomados os seus candidatos. Vários recursos foram impetrados no sentido de que fosse considerada a real votação dos oposicionistas, e, diferentemente do que aconteceu em outros municípios, como Fribur-

go, o Tribunal de Relação, totalmente controlado pelos nilistas, deu ganho de causa ao grupo da oposição, abrindo espaço para a sua representação na Câmara Municipal. Este resultado expressava claramente a disposição a uma certa abertura.

Contrariamente, porém, em Friburgo, as forças oposicionistas sofreram um duro processo de repressão. Chefiada por Galdino do Vale Filho, inimigo tradicional do nilismo e ligado ao PRCF, a oposição conseguiu eleger a totalidade da Câmara Municipal. A facção nilista liderada por Sílvio Rangel entrou com um recurso no Tribunal de Relação contra os representantes recém-eleitos, e a decisão do tribunal lhe foi inteiramente favorável. Nenhum dos elementos da oposição teve sua eleição reconhecida, o poder local foi entregue à liderança de Sílvio Rangel.<sup>28</sup> Este resultado provocou inúmeros conflitos armados no município, mas o controle da situação foi obtido graças a duras medidas de repressão, impedindo qualquer tipo de representação municipal da oposição.

Os casos de Niterói e de Friburgo nas eleições de 1919 ilustram exemplarmente o binômio conciliação-coerção, que marcava o relacionamento do nilismo com as oposições, de um lado abrindo espaço para o grupo backerista, mais passível de cooptação, e de outro, arrochando o PRCF, mais radical e resistente.

### 3.2 A reforma constitucional de 1920

Dentro da estratégia de pacificação da política fluminense, a reforma constitucional empreendida entre setembro e novembro de 1920, ainda que não tenha sido fruto de um acordo formal com a oposição, representou um passo importante. Através dela procurou-se na verdade estabelecer uma contra-reforma, que viesse amenizar

os pontos controversos da reforma realizada por Nilo Peçanha em 1903, a qual por sua vez veio alterar a primeira Carta republicana do estado, promulgada em 1892. O que se pretendeu foi atenuar a política centralizadora que vinha sendo praticada por Nilo e seus seguidores, e diminuir as possibilidades de conflito em torno da nomeação de prefeitos para os municípios. Tudo isto visava, evidentemente, o estabelecimento de alguns canais de aproximação com as oposições.

A alegação formalmente apresentada pela cúpula nilista para justificar a reforma da Carta estadual baseava-se, de um lado, na conveniência de sistematizar num novo texto as alterações realizadas na legislação do estado desde 1903, e, de outro, na necessidade de adequar essa legislação à jurisprudência supostamente estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o artigo 68 da Constituição Federal, declarando inconstitucional a nomeação de prefeitos.<sup>29</sup>

Esta temática havia ganho destaque já em 1919 com o chamado caso de Iguazu, quando Raul Veiga criou a prefeitura deste município, nomeando para chefiá-la o médico Mário Pinotti e retirando com isso as funções administrativas das mãos do presidente da Câmara Municipal. Inconformada, a Câmara recorreu ao STF, alegando a inconstitucionalidade da medida e solicitando sua anulação. Contrariando o governo estadual, o STF acabou por dar ganho de causa aos representantes municipais.

De fato, a Constituição Federal não definia com clareza a questão da autonomia municipal, deixando a critério das assembleias estaduais determinar o que se deveria entender por "peculiar interesse dos municípios". Por essa razão a nomeação de prefeitos foi várias vezes contestada junto ao STF. Dentro do Supremo, Pedro Lessa, a princípio quase isolado, acabou por chefiar uma corrente, em alguns casos preponderante, que sustentava a inconstitucionalidade desta



prática.<sup>30</sup> Esta não era contudo a regra geral, e na maioria dos casos o STF dava pareceres favoráveis aos governos estaduais em detrimento dos municípios.<sup>31</sup>

Na verdade, a solução dada pelo STF ao caso de Iguaçu não era inquietante a ponto de exigir uma alteração na Constituição fluminense. Comentando o episódio, o deputado estadual nilista Maurício Medeiros afirmava: "O fato do STF ter decidido de um modo não quer dizer que nós outros nos açodemos a modificar os textos definitivos do nosso pacto constitucional".<sup>32</sup>

Diante deste quadro, cabe perguntar qual era, do ponto de vista dos nilistas, o motivo real da reforma constitucional. Tudo indica que a iniciativa visava evitar ou reduzir os conflitos políticos ao estado,<sup>33</sup> e atender às reivindicações de autonomia municipal, provenientes de diferentes setores.

Analizando a Constituição de 1903, o deputado oposicionista Teixeira Leite, oriundo de Paraíba do Sul, qualificava-a como "a mais ordinária das leis do estado". Dizia ainda que "a ação centralista do Executivo estadual foi se tornando impossível. As Câmaras Municipais, muitas delas pelo regime prefetural, passaram a ser simples repartições do Estado".<sup>34</sup>

Outros setores da sociedade fluminense protestavam também contra a escassez das rendas municipais. Por ocasião da criação da União Agrícola de Paraíba do Sul, seus membros propuseram que o imposto sobre indústrias e profissões voltasse a ser arrecadado integralmente pelos municípios, como acontecia antes da reforma de 1903. A partir de então, 80% da arrecadação passara para as mãos do estado, sendo os 20% restantes utilizados no custeio de obras públicas realizadas pelo estado nos municípios.<sup>35</sup> Até mesmo lideranças nilistas compartilhavam desta opinião. Um dos principais chefes políticos de

Cantagalo, Sebastião Luterbach, declarava em carta a Nilo Peçanha: "Precisamos ser amparados, e não explorados. O termo explorado é forte, mas bem empregado. Os municípios entregaram de mão beijada ao Estado o imposto de indústria e profissão e estão agora se lastimando da sorte porque os demais impostos que arrecadam não chegam".<sup>36</sup>

Por força desse conjunto de reivindicações, a reforma constitucional apresentava-se como uma etapa importante no processo de abertura política empreendido pelos nilistas. Nem todos os nilistas, no entanto, a apoiaram. Em carta a Nilo, César Tinoco declarava: "Infelizmente é minha impressão. Parece-me que ficará destruída toda a obra de sua reforma".<sup>37</sup>

De fato, a condução do projeto de reforma ficou a cargo de alguns elementos da corrente nilista liderados por Raul Fernandes, que detinha enorme força ainda que a maioria dos deputados estaduais fosse ligada a João Guimarães. Entre esses elementos merecem destaque o próprio presidente do estado, Raul Veiga, o deputado estadual Sílvio Rangel, e os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, encarregados de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Eram eles Monteiro Soares, originário de Vassouras, introduzido na política por Raul Fernandes e Maurício de Lacerda; Artur de Souza, também de Vassouras; Souza Leão, recentemente incorporado ao nilismo, e Mendonça Pinto, também correligionário novo, ligado a Érico Coelho. Concluído o anteprojeto, em setembro de 1920, a Comissão apresentou-o ao plenário, e a Assembléia Legislativa ordinária transformou-se em Constituinte.<sup>38</sup>

### O anteprojeto

As alterações propostas no anteprojeto de reforma<sup>39</sup> concertravam-se em torno de dois pontos principais e estreitamente ligados

entre si: a autonomia municipal e a hipertrofia do Executivo estadual.

Em relação ao primeiro ponto, propunha-se o fim das nomeações de prefeitos. Esta era uma antiga reivindicação das oposições, para as quais a criação de prefeituras e a conseqüente nomeação de titulares funcionava como uma arma política para o governo do estado, permitindo-lhe retirar as funções administrativas das mãos dos presidentes das Câmaras Municipais que estivessem em desacordo com a situação para entregá-las a elementos de confiança, neutralizando assim as lideranças eleitas pelos municípios. O que o anteprojeto propunha, assim, é que as funções executivas municipais fossem exercidas pelos presidentes das Câmaras ou, no caso de instalação de prefeituras, por prefeitos eleitos pelo voto direto. Esta proposta deixava em aberto, contudo, o caso da capital, Niterói, a ser regulamentado por decisão posterior da Assembléia Legislativa.

Em relação à hipertrofia do Executivo estadual, que se traduzia não apenas na redução da autonomia municipal, mas também na restrição dos Poderes Legislativo e Judiciário e na centralização administrativa, algumas alterações foram também apresentadas.

Antes de mais nada, pretendeu-se garantir a representação das minorias, tanto nas Câmaras Municipais como na Assembléia Legislativa estadual e na Câmara Federal. A Constituição Federal consagrava o princípio de representação das minorias, mas não o estabelecia como obrigatório para os estados. A Constituição estadual de 1892 previa igualmente essa representação, embora sem defini-la. A reforma constitucional de 1903, entretanto, veio eliminar qualquer referência a essa questão. Com a ascensão do grupo nilista ao poder, o que aconteceu na prática foi portanto a não obrigatoriedade da representação das minorias.

Nem mesmo a lei federal de 1910, a chamada "lei das minorias", segundo a qual um terço das bancadas em todos os órgãos legislativos deveria ser reservado aos grupos desvinculados da situação, foi respeitada no estado do Rio. Possuindo uma bancada federal de 17 deputados e uma Assembléia de 45 representantes, os nilistas sistematicamente reservavam às oposições apenas três vagas na Câmara dos Deputados e cinco vagas na Assembléia estadual, o que correspondia a menos de um sexto da representação total.

O anteprojeto de reforma propunha que essa questão fosse examinada e regulamentada, embora sem definir de que maneira isso deveria ser feito.

Outro ponto tratado no anteprojeto era a restituição de algumas prerrogativas do Judiciário. Voltando à Constituição de 1892, propunha-se o restabelecimento da vitaliciedade dos juizes municipais, substituída em 1903 pela nomeação por períodos de quatro anos. Tal situação colocava os juizes à mercê dos governantes menos ciosos da independência do Judiciário.

Em relação à centralização administrativa, propunha-se finalmente o desmembramento da Secretaria Geral do governo em três órgãos, tal como acontecia no regime de 1892: a Secretaria do Interior e Justiça, a Secretaria de Finanças, e a Secretaria de Obras Públicas e Indústrias. Tal medida, além de permitir maior eficiência administrativa, possibilitaria a criação de novos empregos públicos que poderiam ser distribuídos aos velhos aliados para reforçar os laços de fidelidade política, ou negociados para conquistar novas adesões e apoios.

Embora fosse nítida a intenção de atenuar o conjunto de medidas adotadas pelo nilismo ao longo de sua dominação no estado, o anteprojeto de reforma possuía também limites bastante evidentes. As-

sim, o adiantamento da regulamentação sobre a prefeitura de Niterói revelava o temor de que a capital, sede de um eleitorado urbano menos sujeito às pressões dos caciques políticos do que o eleitorado do interior, pudesse eleger um prefeito de oposição. Referindo-se a este problema, declarava Maurício Medeiros: "É um eleitorado constituído sem uma segura eficiência de disciplina partidária (...) e onde as correntes de opinião predominam".<sup>40</sup>

Outras reivindicações antigas sequer foram levadas em consideração no anteprojeto. Não se tratou, por exemplo, de propor a suspensão da proibição de que a Assembléia aumentasse os vencimentos ou as vantagens do pessoal empregado nas repartições estaduais sem autorização do Executivo. Tampouco se examinou a possibilidade do retorno da arrecadação do imposto sobre indústrias e profissões para as mãos dos municípios, frustrando-se assim desde o início uma das mais sérias reivindicações da política fluminense.

### O recuo da Constituinte

As limitações detectadas no anteprojeto de reforma foram ainda mais aprofundadas no decorrer dos trabalhos constituintes e no substitutivo finalmente aprovado. As propostas que alteravam mais concretamente a organização político-administrativa do estado foram modificadas, verificando-se um recuo nas intenções iniciais.

A proposta de elegibilidade dos prefeitos — a mais importante de todo o anteprojeto — foi substituída por uma emenda segundo a qual as eleições executivas municipais seriam regulamentadas por uma lei orgânica municipal a ser posteriormente elaborada.<sup>41</sup> Suprimia-se assim o direito de os presidentes das Câmaras Municipais exercerem funções executivas, mas a questão da eleição dos prefeitos era deixada sem solução e adiada sine die. Belisário de Sousa, depu-

tado estadual da oposição, deixou claro seu protesto contra tal situação:

"A Assembléia Constituinte trabalhou dois meses (...) e deixou em suspenso, mas incontestavelmente em suspenso, o caso da organização municipal, por meio de uma emenda que se pode considerar hábil, mas que também não se pode deixar de considerar iníqua, tendo-se em vista os compromissos que haviam sido assumidos em nome da política dominante com a população do Estado." <sup>42</sup>

No tocante a outros temas, menos polêmicos, algumas propostas do anteprojeto foram mantidas. Ficou estabelecido que a representação das minorias seria respeitada, mas, assim como no anteprojeto, nada foi definido a esse respeito, e sequer "foi fixado que a mesma não seria numericamente inferior a um terço da bancada". <sup>43</sup> A questão portanto, permanecia em aberto.

Quanto ao esperado fortalecimento do Judiciário, restabeleceu-se de fato a vitaliciedade dos juízes, reduzindo-se assim as possibilidades de o poder político submeter a magistratura. O estabelecimento de critérios de antiguidade e merecimento para a promoção dos magistrados e a atribuição ao Judiciário, através do Tribunal de Relação, da seleção dos pretendentes à carreira constituíram igualmente medidas que vieram colocar freios à ação do Executivo.

Em contrapartida, porém, uma nova restrição foi imposta, com a determinação de que os juízes de paz deixariam de ser eleitos, para serem nomeados pelo presidente do estado. Os juízes de paz tinham por função participar das comissões distritais para a qualificação eleitoral e substituir, caso necessário, tanto o juiz municipal como o juiz de direito ou o promotor público. Por ocuparem um

cargo eletivo, tinham estreitas relações com as correntes políticas locais.<sup>44</sup> A extinção da eletividade, substituída pela nomeação, transferida assim das mãos do Judiciário para o Executivo um importante instrumento de intervenção nas lutas políticas do interior.

Finalmente, a descentralização através da criação de novas secretarias foi em princípio aprovada, mas o prazo para sua implantação foi deixado em aberto.

Consciente das limitações de tal reforma e do recuo que representou em relação às propostas iniciais, Maurício Medeiros assim formulou sua avaliação:

"A impressão que devem ter os que acompanharem os anais dos debates da Constituinte, deve ser a de que ela não correspondeu à amplitude do mandato que recebeu. Sente-se que o constituinte de 1920 ensaiou um largo vôo, tendo para fazê-lo o mais amplo apoio das delegações municipais. Mas à medida que os debates caminhavam, a própria liberalidade de autorização começou a atemorizá-lo. Tantas e tão variadas eram as proposições reformadoras que o constituinte acabou fazendo uma obra de conservação e defendendo o texto antigo com tanto afã que não parecia inicialmente disposto a reformá-lo."<sup>45</sup>

Um balanço de todo o processo da reforma constitucional nos permite avançar algumas conclusões. Proposta por uma parcela da corrente nilista liderada por Raul Fernandes e articulada na Assembléia estadual por Sílvio Rangel, a idéia da reforma encontrou resistências consideráveis dentro do próprio nilismo. Não houve consenso quanto à oportunidade de se promover uma política de concessões às oposições. Sobretudo os setores mais diretamente articulados com as forças locais — e que poderiam grosso modo ser identi-

ficados com a facção de João Guimarães — viam nessa possibilidade uma ameaça a seu poder, com a perda do controle dos municípios para a oposição.

Essas divergências, no entanto, não afloraram de maneira explícita dentro da Constituinte. Em geral foram tratadas nos bastidores, fora dos limites das discussões parlamentares. É ilustrativo o caso de César Tinoco, que jamais se pronunciou oficialmente contra a reforma, mas, revelando sua oposição às medidas propostas, escreveu a Nilo Peçanha: "Temo muito que seja uma obra impatriótica e errada a que se discute".<sup>46</sup>

Em decorrência dessa falta de unanimidade e da não explicitação das divergências, a tendência que prevaleceu no encaminhamento da reforma foi o bloqueio de qualquer alteração significativa no texto constitucional de 1903, feito, além disso, de forma confusa e contraditória. Mais uma vez Maurício Medeiros vem confirmar esta visão: "Não temos aqui por objetivo inscrever na Constituição do Estado o princípio de eleição para o cargo de prefeito, mas tão-somente retirar dela as disposições referentes à nomeação para esse posto".<sup>47</sup> Esta declaração nos dá uma chave para compreender os reais limites da reforma: procurou-se na verdade dar uma aparência de alteração, adiando-se porém qualquer definição concreta.

Nas discussões parlamentares, a oposição, numericamente insignificante, não teve uma postura agressiva. Seus dois representantes de maior peso, Belisário de Sousa e Teixeira Leite, considerando a reforma ilegítima, negaram-se a participar dos trabalhos e não assinaram o texto final. Custódio Viana, líder inexpressivo da minoria, embora não compartilhasse da decisão de seus colegas de boicotar a Constituinte, não conseguiu que nenhuma das emendas que propôs fosse discutida.<sup>48</sup>



Aprovado em 15 de novembro de 1920, o novo texto constitucional foi assinado por 30 dos 45 deputados, incluindo-se nas ausências não só aqueles que eram frontalmente contrários às alterações introduzidas, mas alguns nilistas que sequer se interessaram em comparecer à sessão de encerramento dos trabalhos.

#### 4. As articulações com o governo federal

As diretrizes estabelecidas pela convenção do PRF de maio de 1920 haviam colocado o alinhamento com o governo federal como uma questão fundamental para a política fluminense. As instruções posteriores dadas por Nilo Peçanha a seus seguidores no sentido de prestigiar o governo central e de apoiar todas as medidas necessárias ao êxito de sua administração vieram reforçar esta orientação.<sup>49</sup> O estabelecimento de um bom relacionamento com o governo federal, naquele momento, visava não só a obtenção de vantagens de curto prazo para o situacionismo fluminense, mas também a conquista de um espaço que beneficiasse a posição de Nilo nas articulações para a próxima sucessão presidencial.

Entretanto, atingir tal objetivo não constituía tarefa fácil: ao contrário, requeria tato e habilidade. A negociação envolvia vários problemas. Em primeiro lugar, tratava-se de um apoio que não fora solicitado e que era muito mais uma iniciativa nilista do que um desejo do presidente da República. Além disso, dentro da própria corrente nilista havia resistência a entendimentos desse tipo. Dois dos mais expressivos nomes da bancada federal fluminense, Maurício de Lacerda e José Eduardo de Macedo Soares, a despeito da orientação dada por Nilo, insistiam em combater de maneira radical a atuação de Epitácio Pessoa. Macedo Soares, entretanto, depois de alguma resistência enquadrou-se na orientação de seu chefe.<sup>50</sup> Já Maurício de Lacer-

da, dono de uma postura política marcada por contornos ideológicos mais nítidos, seria sempre uma figura dissonante e um problema a entravar a almejada reconciliação com o governo federal.<sup>51</sup>

A atuação de Maurício de Lacerda na Câmara desenvolvia-se essencialmente em torno da chamada questão social, que incluía a regulamentação de diversos aspectos relativos às condições do trabalho operário. Seu choque com o governo federal culminou por ocasião da discussão do projeto de lei de repressão ao anarquismo no país, que combateu duramente.<sup>52</sup> Apesar de uma estreita ligação com Nilo, Maurício de Lacerda criou assim graves problemas, destoando do resto da bancada fluminense, pouco engajada na defesa das condições de vida dos trabalhadores urbanos.<sup>53</sup>

A organização da chapa para concorrer às eleições de deputados federais de fevereiro de 1921 marcou um momento importante no processo da negociação nilista com o governo central. Para atingir a tão desejada aproximação, os nilistas iriam na verdade pagar o preço da autonomia na escolha daqueles que iriam compor a nova bancada fluminense.

Já em novembro de 1920 era intensa a correspondência dos políticos fluminenses com Nilo Peçanha sobre o tema. Preocupado com o bom andamento das negociações, escreveu-lhe Raul Veiga: "A nossa situação política vai passar por uma dura provação com a próxima organização da chapa federal, estando eu à espera de ter por parte do Presidente da República uma conversa que já mostrou seu propósito. Trata-se do caso do Maurício, que tem atacado o governo federal de todos os modos e até pessoalmente. O Azevedo Sodré teve confidências a esse respeito sobre os propósitos do Epitácio e achou de bom alvitre nos transmitir (...) O estado de ânimo de Epitácio é de manter a exclusão do Maurício, cuja solução influirá sobre acontecimentos

futuros."<sup>54</sup> As considerações de Raul Veiga anunciavam a intervenção que o governo federal pretendia fazer na política fluminense e que de fato se concretizou com a exclusão de Maurício de Lacerda da chapa do PRRJ.

A despeito de seus esforços para obter de Nilo o respaldo para sua inserção na chapa, Maurício de Lacerda estava com sua sorte selada. Sua postura ideológica de defesa das populações trabalhadoras urbanas e sua desobediência à orientação da bancada fluminense custaram o preço de sua reeleição. Os nilistas aceitaram as pressões do governo federal e cassaram o seu nome da chapa, obrigando-o a candidatar-se como avulso e degolando-o no momento do seu reconhecimento.

A intervenção federal e a exclusão de Maurício de Lacerda suscitaram alguns protestos por parte de elementos do 3º distrito, sua base política. Em artigo publicado em O Estado, um fiel defensor seu declarou: "Fiel aos princípios de defesa da autonomia do Estado, não posso (...) concordar com a intromissão do governo federal na sua política de alijar o deputado Maurício de Lacerda." Concluindo, afirmava que se Nilo Peçanha estivesse presente não emprestaria sua solidariedade a semelhante humilhação do estado.<sup>55</sup> Este tipo de postura foi no entanto episódico e não teve desdobramentos. A tática de Nilo de afastar-se e deixar Raul Veiga na linha de frente para enfrentar as situações complicadas rendia neste episódio os resultados esperados. De acordo com o conteúdo de sua correspondência, Nilo Peçanha não só acompanhou toda a articulação para a eliminação de Maurício de Lacerda, como deu o veredito final para a sua exclusão. A aparência dos fatos, entretanto, o favorecia, preservando sua imagem e deixando a Raul Veiga e à executiva do PRRJ todo o ônus de decisão.

Além da eliminação de Maurício de Lacerda, Epitácio ainda

fez novas exigências, pressionando Raul Veiga para que apoiasse a candidatura do oposicionista Joaquim Moreira, o que implicaria a exclusão de um nilista. Joaquim Moreira seria efetivamente eleito, e, se não se pode afirmar com certeza que isso ocorreu com a ausência do governo estadual, todos os indícios parecem apontar nessa direção.

A curto prazo, as concessões feitas pelo situacionismo fluminense em face das pressões federais parecem ter trazido alguns benefícios, não só sob a forma concreta da obtenção de recursos para obras públicas, como através do reconhecimento e de valorização do apoio fluminense à política federal. Em carta a Nilo, Azevedo Sodré fez uma avaliação do quadro então criado: "A autoridade do presidente fortaleceu-se sobremaneira com alguns atos de energia por ocasião da votação dos orçamentos. Para isso muito concorreu nossa bancada, que se colocou lealmente ao lado do governo, prestigiando-o sem hesitação nem restrições". Além disso, "a atitude do presidente no estado modificou-se radicalmente depois da exclusão do Maurício (...). Com isso só lucra o estado, onde já estão sendo realizadas diversas obras públicas de grande custo".<sup>56</sup>

##### 5. A ineficácia das medidas de conciliação política

A despeito das diversas medidas adotadas pelo grupo nilista com o objetivo de neutralizar os conflitos internos ao estado do Rio e de ampliar sua base de apoio na esfera federal, os resultados alcançados não foram satisfatórios.

O movimento de aproximação com as oposições encontrou resistências, em primeiro lugar, dentro do próprio nilismo. Para muitos antigos chefes locais, a proposta de abertura não tinha sentido, uma vez que seu domínio político não se encontrava ameaçado. De fato, a pacificação interessava a Nilo Peçanha e a seus seguidores

mais próximos, que tinham um projeto político mais abrangente e de mais longo prazo, mas para os chefes políticos locais e seus representantes na Assembléia estadual, significava divisão e perda de poder.

Quanto às oposições, não foram sensibilizadas pela abertura nilista. As concessões feitas eram em grande parte localizadas e de alcance limitado, restringindo-se à distribuição de favores e cargos. Não se apresentou na verdade uma proposta de incorporação das oposições ao governo.

Um outro fator que pode ter contribuído para ineficácia do projeto de pacificação e de fortalecimento interno de Nilo Peçanha foi sua própria atuação nesse período. Mais preocupado em ampliar seus pontos de apoio na esfera federal, Nilo relegou as questões estaduais ao segundo plano. Sua permanência na Europa entre maio de 1920 e junho de 1921, planejada com a intenção de preservá-lo de constrangimentos e desgastes, acabou por abrir numerosas brechas na estrutura de dominação nilista no estado do Rio.

Num universo político profundamente marcado pelo personalismo, o afastamento do "chefe" abriu a possibilidade de novos conflitos, uma vez que inexistia uma estrutura partidária consistente e organizada capaz de diluir a atuação individual. Diferentemente do que acontecia em estados como São Paulo e Minas, onde a liderança partidária se distribuía de maneira mais equilibrada, no estado do Rio desde o início do século as decisões políticas se concentravam em grande parte nas mãos de Nilo Peçanha.

O primeiro teste a que se submeteram as forças nilistas antes que se abrisse a questão sucessória de 1922 foram as eleições federais para a renovação da Câmara e do terço do Senado, realizadas em fevereiro de 1921. Embora, na ótica dos nilistas, esse pleito devesse coroar a almejada paz política, o que se verificou na prática

foi a intensificação dos conflitos. A correspondência encontrada no arquivo de Nilo Peçanha na época da formação da chapa de deputados do PRRJ por si só comprova a preocupação com as diversas reivindicações em nível estadual, e ainda com as pressões do governo federal.

Na elaboração da chapa de 14 deputados, distribuídos entre os três distritos eleitorais em que se dividia o Estado, o PRRJ adotou o critério da reeleição da bancada, com pequenas modificações.<sup>57</sup> Assim, entre os cinco representantes nilistas do 1º distrito, apenas José Tolentino foi substituído, em virtude de seu desentendimento com Nilo Peçanha decorrente da recusa deste em aceitar seu nome para exercer a liderança da bancada. Para seu lugar foi indicado Maurício Medeiros.

No 2º distrito confirmou-se igualmente a tendência à manutenção dos antigos nomes. Dos cinco candidatos, apenas um era novo: Julião Ribeiro de Castro, que substituíra seu pai, falecido recentemente. Já no 3º distrito, que concorria com apenas quatro representantes, ocorreram duas alterações: Maurício de Lacerda, eliminado em virtude das pressões do presidente da República, cedeu o lugar a Domingos Mariano, e Teixeira Brandão, recentemente convertido à oposição, foi substituído por Ramiro Braga.

Para o Senado, foi indicado o nome de Nilo Peçanha.

Restavam ainda três vagas na bancada fluminense, e o PRRJ reservou uma em cada distrito à oposição. Interessado apenas em sustentar a candidatura de Norival Freitas, Backer conformou-se de início com esta situação. No entanto, a aceitação de seu candidato pelo PRCF acabou por induzir a uma aliança entre as oposições.<sup>58</sup> Em reunião realizada a 15 de fevereiro, as facções oposicionistas sob a sigla do PRCF e evocando o velho líder político Pinheiro Machado, lançaram assim uma chapa completa, deixando inversamente uma vaga em

cada distrito para os nilistas.<sup>59</sup> Com isso, a oposição não apenas contrariava as expectativas do PRRJ, rompendo qualquer possibilidade de acordo ou de convivência pacífica, como assumia uma postura mais agressiva.

Além dos dois principais oponentes, o PRRJ e o PRCF, as eleições de 1921 contaram com a participação de uma nova agremiação, intitulada Partido do Trabalho. Organizado em 26 de dezembro de 1920 na sede da Associação Comercial de Campos, o PT, diferentemente do PRCF, não pretendia incorporar elementos oriundos de todo o estado. Seu objetivo era defender na Câmara os interesses açucareiros, que na época enfrentavam grandes dificuldades. No caso do estado do Rio, a situação era ainda mais grave em virtude da proibição de que o açúcar fluminense fosse exportado para o exterior. A restrição das vendas ao Distrito Federal, somada à queda de preços e às dificuldades crônicas do setor, aumentavam o descontentamento.<sup>60</sup>

Visando a criação de um canal que defendesse seus interesses na esfera federal, os plantadores de cana, reunidos na União dos Lavradores de Cana — criada inicialmente para combater a exploração dos usineiros — associaram-se a estes últimos e criaram o novo Partido do Trabalho. Não se tratava propriamente de uma agremiação de oposição, mas de uma organização destinada a "combater a obra desastrosa do governo, que com uma reforma tributária acabara de ameaçar de aniquilamento a nossa lavoura, o nosso comércio e as nossas indústrias".<sup>61</sup>

Fruto da união de dois segmentos do setor açucareiro — plantadores e usineiros — o Partido do Trabalho desde logo viu aflorarem suas contradições. Num momento inicial, os agricultores tentaram deter o controle do partido, lançando um candidato de sua confiança, o coronel Francisco Pinto. Esta candidatura não conseguiu po-

rém se firmar, e o nome indicado para concorrer a uma vaga na Câmara Federal foi o do usineiro Luís Guaraná.<sup>62</sup>

Proprietário de grandes usinas em Campos e de uma firma commissária de açúcar no Distrito Federal, Guaraná pode ser definido como um representante do setor mais dinâmico do açúcar do norte fluminense,<sup>63</sup> empenhado em conquistar um espaço de ação fora dos esquemas tradicionais da política estadual, pautados mais na prática clientelística do que na representação de interesses.

O período que procedeu imediatamente as eleições foi marcado por uma grande agitação política. Não só um novo partido independente se criava, como as oposições voltavam a ganhar espaço no cenário político estadual. Além disso, no curto período entre fins de janeiro e meados de fevereiro, a imprensa noticiou a eclosão de sete greves em Niterói, envolvendo operários dos mais diversos setores.<sup>64</sup> Embora, na política oligárquica, os movimentos sociais tivessem pouco peso nos processos eleitorais, a agitação social naquele momento era um fator que não favorecia as forças nilistas no poder.<sup>65</sup>

A despeito desta agitação a corrente nilista, lançando mão das práticas eleitorais vigentes na República Velha, garantiu sua posição. O 1º distrito, que englobava os municípios mais urbanizados — Niterói, Petrópolis e Friburgo — foi aquele em que a oposição teve mais força. Além de Norival Freitas, a aliança entre o PRCF e os backeristas conseguiu eleger Joaquim Moreira, representante de Petrópolis e protegido do presidente da República. É certo que os dois candidatos obtiveram significativa votação, mas o reconhecimento deste fato pelas mesas eleitorais controladas pelos nilistas revela o reconhecimento da importância e do peso das oposições.<sup>66</sup>



No 2º distrito, que tinha como principal município o de Campos, onde os nilistas concentravam suas bases, a chapa do PRRF foi eleita com tranqüilidade. O PRCF não elegeu ninguém, e o PT assistiu à vitória de Luis Guaraná, com o aval dos nilistas.<sup>67</sup> Também no 3º distrito, que englobava os municípios menos dinâmicos do sul do estado, o nilismo não enfrentou dificuldades. Os candidatos mais votados pertenciam todos ao PRRJ.<sup>68</sup>

Uma avaliação geral do pleito demonstra que a tentativa de conciliação não alcançou os resultados desejados. A apresentação de uma chapa completa por parte do PRCF indica que as oposições ultrapassaram o espaço ao qual a situação pretendia confiná-las, dando um primeiro passo no sentido de uma união interna. O êxito desta iniciativa ficou mais claro no 1º distrito, onde uma cadeira foi tomada aos nilistas. Mesmo no 2º distrito, a eleição do candidato do PT representou um abalo na antiga hegemonia do PRRJ, abrindo uma brecha importante no domínio nilista em Campos. Embora o PRRJ tivesse mantido o controle do pleito e de seus resultados, graças ao processo de apuração, ficava claro que a fragilidade e os limites da estrutura de dominação nilista não haviam sido superados.

## II. A sucessão presidencial de 1922 e a Reação Republicana

### 1. Origens da dissidência

A sucessão presidencial de 1922 revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. Esse confronto assumiu sua forma plena através da formação da Reação Republicana, que lançou a candidatura dissidente de Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial de Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal.

Os cronistas contemporâneos que escreveram sobre a sucessão presidencial de 1922 atribuem a cisão política que deu origem à Reação Republicana à disputa pela indicação do candidato a vice-presidente da República na chapa oficial encabeçada por Bernardes.<sup>69</sup> Para eles, o motor da crise política teria sido a impossibilidade de acordo entre Bahia, Pernambuco e secundariamente Rio de Janeiro, que pleiteavam a indicação do vice-presidente, e a frustração desses estados diante da escolha de um representante do Maranhão.

Este ponto de vista é sustentado sobretudo na obra de

José Tolentino,<sup>70</sup> segundo o qual Nilo Peçanha não tinha pretensões à presidência da República e teria mesmo recomendado a seus correligionários fluminenses, ao partir para a Europa, que mantivessem íntima associação com o situacionismo mineiro com vistas à sucessão presidencial. As forças políticas fluminenses estariam assim comprometidas com a candidatura mineira, da mesma forma como Pernambuco e Bahia. O que estava em discussão era apenas o nome a ser indicado para a vice-presidência. Nessa perspectiva a Reação Republicana era interpretada como fruto de divergências essencialmente conjunturais.

Mais recentemente foram apresentados novos subsídios para a interpretação da Reação Republicana. Boris Fausto, ao analisar a problemática econômica financeira da Primeira República, levantou argumentos que encaminharam a discussão no sentido de explicar a cisão como produto de divergências mais profundas nesta área. A Reação Republicana revelaria na verdade uma intensificação das dissidências interoligárquicas provocada por aqueles setores que não estavam diretamente ligados à cafeicultura e se mostravam insatisfeitos com a política de desvalorização cambial e de endividamento externo destinada a garantir a terceira valorização do café. O conflito refletiria assim, essencialmente, o enfrentamento de interesses opostos no terreno econômico.<sup>71</sup>

Contudo, uma investigação mais voltada para a análise dos aspectos políticos, em especial para o processo de articulação da sucessão presidencial, permite um enriquecimento dessas interpretações.

Em primeiro lugar, ao contrário do que afirma Tolentino, Nilo Peçanha tinha pretensões de disputar a presidência da República e, mesmo ausente do país durante mais de um ano, vinha orientando a política fluminense tanto do ponto de vista interno quanto em âmbito

federal de modo a atingir esse objetivo. Diferentente do "recomendado apoio do situacionismo mineiro", a correspondência encontrada no arquivo de Nilo Peçanha demonstrava que a orientação principal do líder fluminense era atender às reivindicações do governo federal visando obter em troca o aval do presidente da República para sua possível candidatura.<sup>72</sup>

A interpretação de Tolentino a respeito dos compromissos de Nilo com Bernardes pode ser encarada mais como um ponto de vista pessoal do que como uma análise baseada em acordos concretos. Na verdade, desde antes da viagem de Nilo para a Europa, as relações entre o próprio Tolentino e Nilo haviam-se tornado frias diante da negativa de Nilo de indicar Tolentino para líder da bancada fluminense na Câmara Federal. Posteriormente essa divergência seria agravada pela recusa de Tolentino em reeleger-se deputado federal.<sup>73</sup> Além disso, no interior da corrente nilista havia elementos como o próprio Tolentino, Azevedo Sodré e outros que temiam as consequências das pretensões de Nilo à presidência da República e acreditavam ser mais vantajoso naquela conjuntura apoiar o candidato mineiro.<sup>74</sup>

Um segundo ponto de nosso argumento diz respeito à discussão dos aspectos econômicos. A despeito da existência de inúmeros conflitos que dividia a elite política dominante quanto à maneira de equacionar os problemas relativos à implementação de medidas para a defesa da cafeicultura,<sup>75</sup> no nosso entender esses aspectos não foram determinantes para a concretização da cisão política e para o surgimento da Reação Republicana.

O comportamento das bancadas dos estados de segunda grandeza por ocasião da discussão na Câmara Federal, a partir de 1920, dos projetos relativos à defesa do café, não demonstrou claramente uma posição coesa contrária às propostas encaminhadas pelo eixo Minas-

São Paulo. Se em relação à bancada pernambucana foram explícitas as críticas às propostas emissionistas para a valorização do café,<sup>76</sup> o mesmo não pode ser percebido em relação às demais bancadas. Os baianos não se manifestaram em praticamente nenhuma discussão acerca do tema.<sup>77</sup> A bancada gaúcha, liderada por Otávio Rocha, numa posição conciliatória, propôs a transformação do projeto de defesa permanente da produção do café num projeto de defesa da produção nacional. Em seus diversos discursos, diferentemente dos pernambucanos, os gaúchos não combateram o tratamento especial dado ao café diante dos demais gêneros, voltando suas críticas mais para as práticas emissionistas embutidas no projeto de valorização.<sup>78</sup>

A bancada fluminense, por sua vez, marcada por uma atuação inexpressiva nesses debates, seguiu a orientação de Nilo Peçanha e acompanhou a posição dos gaúchos, que acabaram por ver aprovada (ainda que com restrições de Pernambuco) a transformação do projeto de criação do Instituto de Defesa do Café no do Instituto de Defesa da Produção Nacional, destinado a sustentar também a produção da borracha, do cacau, do algodão, do fumo, do açúcar, do mate e de produtos pecuários.<sup>79</sup>

A postura inexpressiva dos fluminenses nessas discussões pode ser interpretada como a consequência da obrigatoriedade de acompanhar as posições de Nilo, ainda que a bancada não estivesse plenamente de acordo com elas. Nilo Peçanha, tradicional defensor da diversificação da produção e adepto da ortodoxia financeira, não via com simpatia as medidas de proteção ao café. Sua opinião sobre as valorizações era bastante clara: "Não criaram no estrangeiro senão concorrentes ameaçadores, e nos mercados internos, com o câmbio que temos, a ilusão de preços que realmente menos têm aproveitado ao produtor que ao exportador, ao torrador, ao retalhista, ao consumidor."<sup>80</sup>

Por outro lado, os debates sobre os temas travados na Assembleia Legislativa fluminense<sup>81</sup> e o próprio voto favorável de João Guimarães na Comissão de Finanças da Câmara Federal ao projeto que instituía a defesa permanente do café indicam que os interesses cafeeiros fluminenses eram favoráveis às políticas emissionistas e ao esquema de valorização. Ainda que a produção fluminense não fosse se beneficiar diretamente dos esquemas valorizadores propostos por São Paulo, de alguma forma essas iniciativas trariam uma melhoria geral para o mercado cafeeiro nacional. No caso concreto do Rio de Janeiro, a recuperação dos preços do café promoveria de fato uma retomada da lavoura cafeeira ao longo dos anos 20.

Diante desse quadro, o engajamento das forças situacionistas fluminenses na Reação Republicana não passava diretamente por divergências em relação às medidas de defesa da cafeicultura tomadas pelo governo federal, e sim pela adesão às posições pessoais de Nilo, e principalmente pela perspectiva de obter ganhos políticos através de alianças e acordos com outras forças estaduais que questionavam a hegemonia do eixo Minas-São Paulo.

Pode-se argumentar, por fim, que no momento da articulação de um esquema de resistência ao nome de Bernardes ainda não haviam se configurado com clareza os conflitos em torno das questões econômico-financeiras. A votação do projeto relativo à terceira valorização do café em março de 1921, embora tenha sido objeto de críticas, não levantou resistências mais sérias. Foi somente no segundo semestre de 1921 que as divergências se explicitaram com clareza. Tudo isso daria margem para concluir que as divergências econômicas não teriam sido o motor da cisão política, mas poderiam, ao contrário, ter resultado dela.

Partindo desses pressupostos, nosso objetivo será analisar

o comportamento da política fluminense e de Nilo Peçanha, e acompanhar o desenrolar das articulações do processo sucessório, de maneira a comprovar as antigas intenções nilistas de articulação de um eixo alternativo capaz de se opor à dominação de Minas-São Paulo.

### 1.1 "Nilo vem aí: virá confundir ou ajudar?": a ambigüidade da política fluminense

A frase "Nilo vem aí: virá confundir ou ajudar?",<sup>82</sup> extraída de uma carta enviada por Raul Soares a Artur Bernardes pouco antes da volta do líder fluminense da Europa, ilustra bem as expectativas da política mineira em relação às forças nilistas. Isto se explica porque durante todo o primeiro semestre de 1921 o situacionismo fluminense adotou uma posição ambígua frente à sucessão: não tendo ainda condições de tornar públicas as pretensões de Nilo Peçanha à presidência, os nilistas também não se opunham abertamente à candidatura Bernardes. A possibilidade do apoio de Nilo ao candidato mineiro não estava portanto descartada.

No entanto, vários indícios revelam que esse apoio não era na verdade cogitado. A correspondência relativa a esse período contida no arquivo de Nilo Peçanha não fornece nenhuma indicação do comprometimento de Nilo com a candidatura Bernardes. Tampouco há informações desse tipo nos dois principais órgãos da imprensa fluminense da época, O Estado e O Fluminense, ambos afinados com a corrente nilista. Ao contrário, dentre as poucas notícias veiculadas sobre o tema da sucessão, declarava-se que a "precipitação da discussão sucessória, tanto mais quanto já vindo à frente o nome do Sr. Artur Bernardes, poderia criar embaraços visto que outros nomes surgiriam, cercados naturalmente de prestígio".<sup>83</sup> Os jornais criticavam também os critérios que definiam a representação dos estados na Convenção

Nacional a ser realizada em junho com o objetivo de legitimar a escolha do candidato oficial.

Se do lado das fontes ligadas ao nilismo não foi possível reunir informações que corroborassem as teses tradicionais do engajamento da política fluminense na candidatura Bernardes, as fontes mineiras indicam que esse "propalado compromisso político" era encarado com enorme desconfiança e constituía objeto de inúmeras preocupações e de uma teia de articulações visando controlar a atuação de Nilo.

A correspondência do arquivo de Raul Soares, principal articulador do candidato mineiro no Rio de Janeiro, ilustra bem os temores e desconfianças sentidos em relação às forças nilistas e ao próprio Nilo Peçanha. É significativo o número de cartas que alertam para as articulações de bastidores entre importantes forças políticas em favor do lançamento da candidatura de Nilo<sup>84</sup> e que denunciavam os esquemas montados para desestabilizar o nome de Bernardes. Um bom exemplo é a carta enviada por Valente de Andrade e Raul Soares em abril de 1921, onde fica claro que o lançamento da candidatura Bernardes pelo jornal carioca O Imparcial, de propriedade do nilista José Eduardo de Macedo Soares, foi considerado pelos bernardistas como tendo "o intuito perverso de queimar essa candidatura". Segundo Valente de Andrade, os bernardistas consideravam esse lançamento prematuro e desagradava-lhes o fato de o jornal apontar a candidatura como "preconizada pelo Dr. Epitácio e pela conveniência subalterna da mesa da Câmara".<sup>85</sup>

Essas informações demonstram que antes portanto do surgimento da disputa pela vice-presidência da República — considerada por muitos como a origem da Reação Republicana — já se delineava um conjunto de fatores que indicavam a dificuldade de obtenção do con-



senso político em torno de Bernardes, bem como a preparação de uma estratégia destinada a beneficiar Nilo Peçanha. Contudo, a política mineira dispunha de uma arma poderosa capaz de pressionar as oligarquias estaduais resistentes a seu candidato. Controlando a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara Federal, responsável pelo reconhecimento dos deputados federais que foram eleitos em fevereiro de 1921 e seriam reconhecidos em maio seguinte, Minas pretendia condicionar o reconhecimento das novas bancadas ao apoio a Bernardes. Essa possibilidade neutralizava as iniciativas de caráter oposicionista e obrigava as situações políticas estaduais a se curvarem pelo menos temporariamente às forças mineiras. É dentro desse espírito que deve ser interpretado o lacônico telegrama de Nilo a Raul Soares declarando-se solidário com Bernardes exatamente nessa ocasião.<sup>86</sup>

Embora Minas dispusesse desse poderoso instrumento de pressão, a instabilidade e a suspeita que permeavam as negociações políticas não cessavam de crescer. Ao mesmo tempo em que Nilo parecia finalmente se comprometer com a candidatura mineira, os informantes a serviço de Raul Soares denunciavam os perigos e as conspirações existentes: "A ação do Imparcial dando publicidade a todas as manobras torna-se por demais suspeita. O apoio do Imparcial traz água no bico." Ou ainda: "O Estado do Rio entrará em todas as combinações que lhe possam dar uma sombra de esperança para o Nilo."<sup>87</sup>

## 1.2 A disputa pela vice-presidência: o estopim da crise política

Se desde o início a candidatura Bernardes vinha encontrando resistências, e manobras eram articuladas com vistas à sua destabilização, a escolha de seu companheiro de chapa para disputar

a vice-presidência viria trazer novos elementos para complicar o quadro sucessório e bons pretextos para aquelas forças que se opunham ao candidato de Minas Gerais.

A grande dificuldade consistia em escolher entre os dois pretendentes, José Bezerra, de Pernambuco, e J.C. Seabra, da Bahia. Temendo descontentar os concorrentes, as forças políticas mineiras pretendiam entregar a decisão ao presidente da República. Com essa estratégia, objetivavam vincular mais estreitamente o Catete à candidatura Bernardes e retirar do palácio da Liberdade a responsabilidade pela frustração dos não contemplados.<sup>88</sup> Epiácio Pessoa, entretanto, negava-se a aceitar tal papel, e a disputa pela vice-presidência crescia ao mesmo tempo em que a consolidação definitiva do nome de Bernardes esbarrava em dificuldades cada vez maiores.

Nessas circunstâncias, a posição instável e contraditória dos nilistas tornava-se mais clara, aumentando as preocupações das forças mineiras: "Convém nunca dissociarmos a nossa ação do Estado do Rio, ou melhor, que nada façamos à sua revelia [de Nilo] ou sem chamá-lo para o barco. Nada de pretextos para queixas."<sup>89</sup> Com esta orientação, pensava-se ser possível enredar Nilo em compromissos que evitassem sua defecção.

Diante do impasse na escolha do candidato a vice, porém, os segmentos insatisfeitos com a candidatura Bernardes, e em especial o situacionismo fluminense, articularam uma estratégia que pudesse trazer-lhes algum tipo de benefício. A idéia era reivindicar o adiamento da Convenção Nacional, prevista para 4 de junho, para o dia 7, após a chegada de Nilo Peçanha da Europa. A alegação apresentada era que a autoridade e o estreito relacionamento de Nilo com J.J. Seabra e José Bezerra possibilitaria uma solução conciliatória para a disputa entre os dois.

Manobrando com esse argumento, as forças políticas fluminenses lideradas por Raul Veiga<sup>90</sup> pretendiam colocar Nilo como figura-chave no encaminhamento da questão sucessória, qualquer que fosse o rumo dos acontecimentos. Se não fosse mais possível sair o próprio Nilo candidato, ao menos sua figura seria indispensável para negociar a questão da vice-presidência e, em última análise, avaliar a candidatura Bernardes. Em carta a Bernardes, Raul Veiga expressava suas idéias: "Tenho opinado sobre o adiamento da Convenção marcada para o próximo dia 4, para que sobre o debate da vice-presidência pudesse ser ouvida a palavra acatada do líder fluminense Nilo Peçanha, cujo consenso muito poderia ser útil."<sup>91</sup>

Além disso, o adiamento da Convenção estava ligado ao protesto contra os próprios critérios de seleção dos convencionais. Os nilistas alegavam que o estado do Rio, que tinha uma representação de 17 deputados na Câmara Federal, sendo 15 da situação e apenas 2 da oposição, seria representado na Convenção por apenas 9 delegados da situação, enquanto a oposição e os avulsos enviariam oito representantes. Isso significava que as forças nilistas iriam estar inadequadamente representadas.<sup>92</sup> O próprio Nilo declarou a esse respeito: "Não podemos aceitar em nenhum caso representação se pretende dar às forças políticas fluminenses."<sup>93</sup>

A decisão de dar menos peso às forças políticas nilistas, oriunda do situacionismo mineiro, parecia contraditória com a atitude anteriormente anunciada de não dar motivos para queixas ao líder fluminense, mas ao mesmo tempo expressava a desconfiança e os temores que os representantes do nilismo inspiravam e a necessidade de se precaver de suas ambigüidades, assegurando a participação dos grupos oposicionistas do estado do Rio.

Mais uma vez ilustrando a desconfiança suscitada pelas reivindicações nilistas, endossadas pela Bahia e Pernambuco, as prin-

cipais bases de apoio do bernardismo se manifestaram contrárias à alteração da representação fluminense na Convenção, bem como ao seu adiamento, por temerem o papel que seria desempenhado por Nilo. As forças situacionistas de São Paulo, por exemplo, declaravam que atribuir o papel de árbitro a Nilo era enfraquecer o candidato mineiro.<sup>94</sup> Entre as forças mineiras, a idéia do adiamento da Convenção não era bem aceita, mas por outro lado temia-se que a ida para a Convenção sem ter o problema da vice-presidência solucionado representasse um perigo, além de poder dar a impressão de que os mineiros estavam "com medo de Nilo".<sup>95</sup>

É difícil interpretar com segurança quais eram as intenções reais de Nilo e das demais forças dissidentes em face da disputa pela vice-presidência e seus desdobramentos. Estariam já convencidos de que a candidatura Bernardes estava mesmo garantida e que a alternativa era aceitá-la, tirando daí o melhor proveito? Ou toda a divergência criada em torno da vice-presidência nada mais era do que um simples pretexto para aumentar as dificuldades para a consolidação de Bernardes e ao mesmo tempo abrir brechas para o nome de Nilo?

Carlos de Campos iria interpretar os acontecimentos nessa direção: "Todo o dissídio em torno da vice-presidência visava de facto vetar o nome do candidato à presidência. Tanto que as dificuldades desapareceram por encanto e os dissidentes baianos, fluminenses e pernambucanos se reuniram em torno do Seabra para a vice-presidência, logo que romperam com a candidatura mineira."<sup>96</sup> Posição semelhante foi assumida por Leon Roussoulières, membro destacado do Judiciário fluminense na ocasião, comprometido com a candidatura mineira. Em carta a Bernardes, Roussoulières afirmava que o pedido do estado do Rio de adiamento da Convenção tinha sido apenas um pretexto para ganhar tempo para a articulação da chapa Nilo-Seabra.<sup>97</sup> Inúme-

ras outras denúncias desse tipo podem ser encontradas no arquivo de Raul Soares, chamando a atenção para as articulações da chapa Nilo-Seabra antes mesmo da chegada do líder fluminense da Europa.

O fato é que a Convenção Nacional foi finalmente adiada, saindo parcialmente vitoriosas as pretensões fluminenses. Definido o adiamento, era necessário enfrentar a escolha do candidato a vice-presidente, que continuava polarizada entre os nomes de Seabra e Bezerra.

A intensa correspondência trocada entre as principais lideranças mineiras na primeira semana de junho demonstra as imensas dificuldades para se adotar uma solução definitiva. Se por um lado havia uma preferência por Seabra, os compromissos de Epitácio Pessoa com Bezerra inviabilizavam a escolha do primeiro.

O problema foi finalmente resolvido com a indicação de um tertius. No dia 5 de junho, a bancada mineira finalmente deliberou levar à Convenção o nome do político maranhense Urbano dos Santos, capaz a seu ver de conciliar força e opiniões necessárias a uma solução tranqüila e rápida para a crise. Nessa nova estratégia contava-se que Nilo fosse cumprir um papel importante, pois esperava-se sua intervenção junto à Bahia e Pernambuco para contornar as dificuldades advindas da exclusão de seus candidatos.<sup>98</sup> A concordância com as reivindicações fluminenses de adiamento da Convenção fazia crer aos mineiros que Nilo tornava-se mais confiável.

Entretanto, uma vez chegado ao Rio de Janeiro, Nilo não se enquadrou no papel de negociador e patrocinador da candidatura Bernardes. As referências acerca de articulações anti-Bernardes e em favor de Nilo contidas no arquivo de Raul Soares são melhor compreendidas e ganham novas proporções no momento da chegada de Nilo da Europa.

Ao desembarcar no dia 6 de junho depois de quase um ano de ausência, Nilo Peçanha recebeu uma das mais expressivas manifestações populares. "A multidão comprimia-se no cais do porto, rompendo os cordões de isolamento aos gritos de 'Viva Nilo Peçanha, o futuro presidente da República!'.<sup>99</sup> Apesar do inegável prestígio de Nilo, existem entretanto indicações de que essa manifestação não era exatamente fruto do espontaneísmo da população carioca e fluminense.

Na verdade, os órgãos mais expressivos da imprensa carioca, liderados pelo Correio da Manhã e O Imparcial, foram fundamentais para conformar a opinião pública em favor de Nilo. Edmundo Bittencourt, dono do Correio da Manhã e possuidor de inegáveis qualidades jornalísticas e de uma extraordinária capacidade de despertar o interesse popular, juntamente com o nilista José Eduardo de Macedo Soares, proprietário de O Imparcial, vinha há algum tempo bombardeando a candidatura Bernardes e exaltando as qualidades políticas e pessoais do líder fluminense.<sup>100</sup> Naquela conjuntura, Nilo era um dos poucos que poderiam ser lançados contra Bernardes. Além de ser um político de expressão nacional, era, juntamente com Rui Barbosa, um dos únicos líderes ainda sobreviventes dos primórdios da República, o que lhe conferia uma autoridade especial. De fato, Nilo identificara-se com as idéias jacobinas dos primeiros anos republicanos, princípios caros às massas urbanas cariocas, o que lhe permitia aproximar-se delas.<sup>101</sup>

Por outro lado, ao contrário do que esperavam os mineiros, o lançamento de um nome maranhense para a vice-presidência não conseguiu promover a conciliação política. Imediatamente baianos e pernambucanos declaram que não compareceriam à Convenção. Nilo Peçanha, frustrando as expectativas dos mineiros, nada fez para evitar essa defecção, mas ao contrário, aderiu a ela. A razão invocada pelos dissidentes e por Nilo para não comparecerem à Convenção era o

próprio processo de escolha do candidato, que seria indicado pelo mesmo poder que posteriormente iria verificar a legitimidade da investidura.<sup>102</sup>

Mesmo declarando que não compareceria à Convenção, Nilo procurava ainda não assumir um rompimento definitivo. Os mineiros, por seu lado, estreitavam o cerco em relação a Nilo, tentando impedir sua defecção,<sup>103</sup> o que deteria o rompimento da Bahia e Pernambuco. As manobras da política mineira foram contudo em vão. No dia 8 de junho a Convenção se realizou sem a presença dos representantes de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e estado do Rio, o que demonstrava que a cisão oligárquica estava consumada, e que o caminho para o lançamento da Reação Republicana estava aberto.

Os políticos mineiros a essa altura lamentavam a estratégia utilizada para o encaminhamento do processo sucessório, que não só não conseguiu evitar o racha, como possibilitou que antigos conflitos e contradições fossem canalizados de forma a permitir o surgimento de uma nova candidatura.

Todas essas informações indicam que a disputa em torno da vice-presidência teve de fato um peso muito menor do que o que lhe é atribuído tradicionalmente como fator da cisão política de 1921. Ao invés de causa da cisão, essa disputa pela vice-presidência refletiu conflitos entre as oligarquias muito mais antigos e profundos.

## 2. O ataque à "Santa Aliança":<sup>104</sup> a formação da Reação Republicana

Uma vez fracassadas todas as tentativas de acordo entre a situação dominante e os dissidentes, estes últimos passaram a atuar de forma efetiva para lançar as candidaturas Nilo Peçanha — J.J. Sea

bra. A partir da chegada de Nilo Peçanha ao Rio, em 6 de junho de 1921, desenrolaram-se negociações intensas. Se, de um lado, os dissidentes tentavam consolidar as articulações já iniciadas e garantir o apoio de setores e lideranças importantes, como os militares e Rui Barbosa,<sup>105</sup> de outro, os bernardistas tentavam obstar esse avanço através da cisão das forças políticas internas aos estados dissidentes.<sup>106</sup>

Finalmente, em 24 de junho de 1921, um grupo de políticos reunidos no Centro Rio-Grandense, no Rio de Janeiro, lançou um manifesto oficializando a chapa Nilo-Seabra e criando o movimento da Reação Republicana. Os pontos básicos do manifesto eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas, que no último governo haviam sido afastadas da chefia das pastas militares. Do ponto de vista econômico, o manifesto defendia princípios financeiros ortodoxos e elegia o equilíbrio do orçamento federal e o equilíbrio cambial como questões centrais.<sup>107</sup>

Colocadas de maneira vaga no manifesto de lançamento essas idéias foram assumindo contornos mais nítidos ao longo da campanha eleitoral. Em seu primeiro discurso já como candidato, Nilo definiu a Reação Republicana como um movimento "de defesa dos princípios republicanos", organizado para que as "decisões políticas nacionais saiam do terreno das conveniências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade, e que do choque das idéias postas a serviço da emancipação política dos estados se possa caminhar para a formação de partidos que serão a alma da República".<sup>108</sup>

Partindo desses pontos de vista, Nilo aprofundava as críticas ao funcionamento do regime federalista, que beneficiava os gran-



des estados em detrimento dos demais, e já anunciava suas preocupações com a situação de desprestígio que vinham enfrentando os militares.

Entretanto, dentro dos padrões políticos vigentes na República Velha, ser candidato da oposição significava enfrentar todo tipo de dificuldade. As regras de funcionamento da política dos governadores garantiam a perpetuação das situações no poder, e a sorte das candidaturas oposicionistas parecia já estar traçada antes mesmo da disputa eleitoral.<sup>109</sup> A manipulação das instâncias de apuração eleitoral e de verificação dos poderes, bem como o controle da máquina administrativa que permitia a distribuição de favores entre o eleitorado, dava aos grupos situacionistas todas as vantagens e criava para a oposição enormes desafios.

Ainda assim, as forças dissidentes acreditavam dispor de um espaço considerável para neutralizar as dificuldades. O nome de Bernardes encontrava ampla resistência em diversos setores e estados, e isso seria suficiente na sua concepção para quebrar uma das regras clássicas de funcionamento da política oligárquica, que estabelecia o apoio automático às forças da situação.<sup>110</sup> Além disso, Nilo Peçanha já havia enfrentado situação semelhante na campanha de 1914 para o governo do estado do Rio, na sucessão do seu recente inimigo político Oliveira Botelho, e tinha conseguido revertê-la a seu favor usando diversos tipos de expedientes.

Embora uma disputa em âmbito federal apresentasse maior complexidade, a Reação Republicana acreditava poder equacionar esse desafio através do uso de diferentes estratégias: a cooptação de chefes políticos municipais e estaduais descontentes com as forças bernardistas, a propaganda eleitoral e a busca de apoio militar.

## 2.1 A cooptação nos estados

De acordo com a avaliação feita pela Reação Republicana em junho de 1921, tomando por base uma massa eleitoral de 500 mil eleitores, os bernardistas contavam com 300 mil votos e os nilistas com 200 mil. Apesar de todas as desvantagens que enfrentava, a Reação Republicana contava poder diminuir essa diferença não só garantindo suas posições nos estados aliados, como ampliando sua influência nos estados dominados pelos bernardistas. Seus dirigentes acreditavam que o líder dissidente mineiro Francisco Sales poderia obter em Minas 40 mil votos para Nilo. Contavam além disso com a cisão da bancada mineira, onde era esperada a defecção de quatro deputados federais. Igualmente em São Paulo pensava-se conseguir 20 mil votos, além de mais 12 mil nos estados bernardistas pequenos. Por outro lado, calculava-se que nos estados aliados os dissidentes seriam capazes de reduzir minimamente a penetração bernardista. Os votos oposicionistas seriam 7 mil no estado do Rio, 8 mil no Rio Grande do Sul e apenas 2 mil na Bahia e em Pernambuco.<sup>111</sup> Para atingir essa previsão, a Reação Republicana pretendia desenvolver uma política de cooptação de lideranças estaduais e locais descontentes com as situações dominantes em suas áreas de atuação.

A correspondência relativa à Reação Republicana encontrada no arquivo de Nilo Peçanha fornece informações interessantes sobre os procedimentos adotados. É abundante o número de cartas oriundas dos mais diversos municípios do país traçando um quadro detalhado e minucioso da situação política daquelas localidades e apontando as lideranças passíveis de serem cooptadas pelos nilistas.<sup>112</sup> Detectados esses aliados potenciais, eram iniciadas as negociações com vistas ao compromisso político. O envio de recursos para a abertura de comitês de propaganda e alistamento eleitoral selava o acordo. Em troca do a-

poio à candidatura Nilo seriam concedidos favores e melhores posições nos estados nilistas, e privilégios futuros nos estados controlados pela forças bernardistas.

Além desse esforço de caráter mais geral, voltado para os diversos estados, Nilo Peçanha acreditava ser de fundamental importância a unificação política do seu próprio estado. Antes mesmo de sua indicação oficial, já eram claros seus esforços para obter o apoio das oposições fluminenses. Supunham as forças nilistas poder colher naquele momento os frutos do projeto de pacificação política do estado do Rio implementado ao longo do governo de Raul Veiga.

Leon Roussoulières, juiz federal no estado do Rio, relatou a Bernardes as manobras de Nilo nessa direção: "O Nilo está mandando emissários para todo o estado com o fim de congregar os elementos de oposição (...) para formar com ele na resistência à chapa da Convenção." E ainda: "Ao Norival, ele enviou o Lemgruber Filho, dizendo que entrando o Norival para a Reação Republicana fluminense fácil seria chamar Backer, Botelho, Miguel de Carvalho, Sodré e outros, pois de todos o Norival é o que dispõe de maiores elementos."<sup>113</sup>

Além das tentativas de cooptação política, os nilistas procuraram garantir para si a manipulação dos mecanismos de apuração eleitoral, lançando mão tanto da coação e perseguição política quanto da corrupção dos juízes eleitorais que iriam atuar no próximo pleito.<sup>114</sup>

## 2.2 A campanha eleitoral

A despeito do uso em larga escala da fraude, e das inúmeras possibilidades de manipulação do processo eleitoral, os articuladores da Reação Republicana atribuíam um papel importante à mobilização do eleitorado. Acreditando na possibilidade de reverter em

seu favor as vantagens que beneficiavam o candidato mineiro, Nilo Peçanha adotou assim uma segunda estratégia, a propaganda eleitoral, procedimento até então praticamente inédito entre as práticas políticas vigentes no país.<sup>115</sup> O uso desse novo estilo de campanha tinha como objetivo promover uma mobilização política mais ampla que pudesse angariar o apoio de segmentos das oligarquias secundárias, descontentes com o funcionamento do sistema oligárquico e do federalismo, bem como das populações urbanas, ansiosas por obter o direito a uma maior participação política.

Ainda que o emprego desse tipo de procedimento tivesse suas limitações reconhecidas, e não fosse necessariamente ser traduzido em votos, em virtude do caráter formal de que se revestia o processo eleitoral,<sup>116</sup> havia interesse em promover através da propaganda a mobilização da opinião pública, um trunfo capaz de tornar menos desigual a posição das forças oposicionistas. Contando com essa mobilização, a Reação Republicana passava a dispor de um cacife que poderia ser utilizado para intimidar as forças da situação no uso da fraude e da violência política, bem como para sensibilizar as Forças Armadas a seu favor. Em última instância, os dissidentes pensavam com isso poder dispor de um meio de pressão capaz de levar à retirada da candidatura mineira, o que chegou a ser tentado em algumas ocasiões, sem contudo atingir os resultados desejados.

O plano de propaganda eleitoral da Reação Republicana consistiu na criação de comitês eleitorais estaduais e municipais, e na organização de uma tournée que percorreria grande número de estados do país, dirigindo-se diretamente ao eleitorado. A Nilo caberia visitar os estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal e São Paulo, e a J.J. Seabra, Alagoas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.<sup>117</sup> Alguns estados seriam visita-

dos por ambos.

O programa da Reação Republicana, divulgado durante a campanha, reeditava inúmeros pontos defendidos por Nilo desde o seu primeiro governo no estado do Rio. Ao lado dos problemas locais enfatizados nos discursos proferidos em cada lugar, um conjunto de elementos básicos permeou toda a campanha, desenvolvendo dois grandes temas: a solução da crise econômica que o país atravessava e a regeneração dos costumes políticos brasileiros.

Em relação ao primeiro tema, era colocado como ponto primordial a defesa da agricultura: "A lavoura é tudo, é o eixo em torno do qual gira o mundo dos negócios, o centro de gravitação do sistema financeiro, a força que aciona a engrenagem econômica e a retarda e a acelera, conforme o movimento da força motriz (...) Restituída a vitalidade à lavoura, defendido o mercado dos produtos, valorizada a propriedade, garantida a remuneração do trabalho rural, todas as crises oriundas do mesmo centro irão naturalmente desaparecendo."<sup>118</sup>

Assim, a partir da defesa da agricultura eram ressaltadas a importância da diversificação agrícola e a necessidade de auto-suficiência na produção de alimentos.<sup>119</sup> Como meio de atingir esses objetivos propunha-se a redução dos fretes de transporte, a tributação dos produtos estrangeiros similares aos de produção nacional, e a diminuição progressiva dos impostos sobre a produção em troca da implantação do imposto territorial.<sup>120</sup> No tocante à agricultura de exportação, embora reconhecesse que "o café era a espinha dorsal da economia", Nilo Peçanha chamava a atenção para a necessidade de serem amparadas as demais culturas como o cacau, a borracha, o açúcar etc.<sup>121</sup>

No plano financeiro, como adepto da ortodoxia, Nilo mani-

festava-se contra a inflação, e a favor da conversibilidade da moeda e dos orçamentos equilibrados. Criticava igualmente a estrutura administrativa marcada pelo empreguismo e pelo clientelismo, a despeito de seu compromisso oligárquico.

Na esfera política, as questões abordadas referiam-se às "distorções do federalismo" e ao "imperialismo dos grandes estados". A esse respeito Nilo declarava: "Às poderosas unidades da federação já não basta o privilégio odioso da eleição do presidente da República; elas influem até na constituição das bancadas dos estados mais fracos, ora fazendo incluir representantes seus, ora escolhendo dentre os eleitos e constantes, os delegados de sua política de avassalamento e distorção."<sup>122</sup>

A alternativa proposta era que a representação na Câmara dos Deputados fosse limitada "por máximos e mínimos, não podendo nenhum dos maiores estados ter mais de 38 deputados e nenhum dos menores menos de 10, atenuando assim a preponderância que a antiga divisão das províncias do Império, que a República manteve, tem determinado em favor das grandes unidades, que associadas, tornam cada dia mais precário o equilíbrio da federação".<sup>123</sup>

Além das propostas voltadas para os grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana estava interessada em mobilizar as massas urbanas. Para atender a esse objetivo, a campanha se revestiu de um apelo popular ao pregar a urgência "de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos". Nesse sentido, Nilo Peçanha declarava: "O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respei-

tar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário."<sup>124</sup>

O destaque dado a essa questão estava ligado à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 10 e colocou em evidência o debate acerca da questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados. Apesar desse discurso progressista, nenhuma proposta concreta que propiciasse uma maior democratização foi entretanto apresentada. O voto secreto, por exemplo, já reivindicado por expressivos segmentos urbanos, não era objeto de discussão.

Ainda que com uma plataforma tão limitada em termos de propostas concretas para os interesses das populações urbanas, Nilo conseguiu obter uma grande penetração nesse contingente eleitoral, em especial no distrito Federal, e em função disso sua imagem foi vinculada a uma postura democratizante. Um eleitor carioca anônimo traçou o perfil de Nilo "como refletor das esperanças nacionais, que tomou a si o grande sacrifício de redimir o povo brasileiro, regenerando-lhe os costumes políticos e mostrando-lhe que, na política, não se vence pela autocracia, pelo crime, pela coação, pelo suborno, e sim pela democracia, pelo direito, pelo prestígio e sobretudo pelo respeito à soberania do povo."<sup>125</sup>

Se o noticiário dos jornais nilistas fornecia informações acerca da penetração do candidato da Reação Republicana no seio do eleitorado urbano, até mesmo as forças oposicionistas reconheciam temerosas esse fato. Um informante escrevia a Raul Soares relatando: "A recepção ao Nilo esteve muito concorrida, mas dizem todos havia 60% de curiosos, 35% de revoltados contra tudo e contra todos e ape-

nas 5% de nilistas." A seguir alertava: "Estamos marchando para a anarquia na capital (...) O Epitácio parece indiferente às depredações e atentados a nossos jornais."<sup>126</sup>

Algumas biografias de Nilo Peçanha ressaltam demasiadamente sua ligação com as massas, chegando a atribuir-lhe o papel de precursor do populismo no país, de portador de um ideário socialista, e a qualificar sua atuação na Reação Republicana como antioligárquica.<sup>127</sup> Apesar das críticas que possam ser feitas a essas interpretações, era inegável, naquele momento, a penetração do nome de Nilo junto às camadas urbanas do Distrito Federal. Isso pode ser explicado não só em função de suas características pessoais, pois era um excelente orador, com grande capacidade de comunicação, mas também pelas próprias características e anseios dos grupos urbanos. Num sociedade em que esses segmentos achavam-se marginalizados de qualquer participação política, o simples fato de o discurso nilista considerá-los como interlocutores dignos de atenção já era em si uma iniciativa mobilizadora.

Porém, seno Distrito Federal Nilo conseguia encantar as massas urbanas, fazendo de seu comício de outubro de 1921 um grande acontecimento popular, como admitiu um correligionário de Bernardes,<sup>128</sup> as populações das cidades fluminenses mostravam-se resistentes ao fascínio nilista. Os principais centros urbanos do estado do Rio, Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, com exceção de Campos, terra natal de Nilo, eram áreas onde as oposições fluminenses movimentavam-se com mais desenvoltura e onde a política nilista tinha maiores dificuldades de exercer seu controle. Na verdade, enquanto no Distrito Federal e em outras capitais do país Nilo apresentava um discurso mais progressista, no seu estado natal, onde residiam suas principais bases, Nilo representava o papel do oligarca típico, pro-



movendo perseguições políticas, fraudando eleições, enfim, lançando mão de todas as práticas características do coronelismo.

### 2.3 As tentativas de aproximação com os militares

A despeito das diferentes práticas adotadas visando ampliar as possibilidades de vitória da chapa da Reação Republicana, o desenrolar da campanha sucessória e a aproximação do pleito evidenciavam os limites dessas estratégias.

A cooptação dos elementos dissidentes não era fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se concretizaram. A bancada federal mineira não se cindiu, e até mesmo a unificação política do estado do Rio não se efetivou, tendo todas as correntes oposicionistas fluminenses mantido seu apoio à candidatura Bernardes. As práticas políticas vigentes na República Velha, baseadas no compromisso coronelista, implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. No caso da Reação Republicana, movimento oposicionista, poucos eram os triunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de definir o pleito.

Ainda que sem abrir mão dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal.

Os conflitos entre os militares e o governo federal tinham marcado vários momentos da política republicana. A posse de Epitácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas mili-

tares durante seu governo só fizeram acirrar as dificuldades.<sup>129</sup> O retorno de Hermes da Fonseca da Europa em novembro de 1920 recrudesceu os antagonismos, e sua eleição para presidente do Clube Militar em 1921 abriu novas articulações em torno de seu nome, que chegou a ser cogitado para a sucessão presidencial. A não concretização de sua candidatura veio aumentar ainda mais a insatisfação dos militares.

Nesse quadro, abria-se como alternativa importante para as oligarquias dissidentes capitalizar a seu favor essa insatisfação. Desde o primeiro momento de lançamento do manifesto da Reação Republicana no Rio de Janeiro, ficaram claras as preocupações em obter uma aproximação com os militares, através da crítica à posição secundária que lhes vinha sendo atribuída pelo governo federal.<sup>130</sup> Também nos estados a campanha eleitoral procurou a adesão e a simpatia dos elementos militares distribuídos pelas várias regiões.

Os jornais nilistas passaram a desenvolver uma campanha sistemática de aliciamento dos militares, chamando atenção para as injustiças que eram cometidas contra eles e para a situação de desprestígio a que estavam submetidos. Em contrapartida, crescia o apoio dos militares aos candidatos dissidentes.

O arquivo de Nilo Peçanha traz informações significativas acerca de suas ligações com os militares ao longo de todo o segundo semestre de 1921. São inúmeras as cartas de militares provenientes de diferentes estados do país declarando seu apoio a Nilo e relatando suas iniciativas para a criação de comitês eleitorais. A correspondência do general Cardoso Aguiar com Nilo Peçanha afirmando que toda a oficialidade da 5ª Região Militar apoiava incondicionalmente sua candidatura à presidência da República ilustra bem isso.<sup>131</sup> A imprensa nilista também fazia questão de enfatizar o apoio dos mi-

litares ao candidato oposicionista, como demonstra a notícia publicada em 6 de novembro de 1921 por O Imparcial : "Nilo Peçanha desce de bordo do Iris nos braços de um general e de um almirante — O Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático".<sup>132</sup>

O ponto culminante desse processo de aproximação entre os militares e a Reação Republicana se deu com o episódio das chamadas "cartas falsas", que supostamente teriam sido enviadas por Bernardes e Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares. A publicação desses documentos pelo Correio da Manhã visava claramente incompatibilizar o candidato situacionista com os militares e envolvê-los definitivamente na causa dissidente.

Ainda que não se disponha de elementos para definir a responsabilidade direta pelas "cartas falsas", os partidários de Nilo instrumentalizaram o episódio de forma a acirrar os ânimos dos militares<sup>133</sup> contra o candidato da situação, ao mesmo tempo em que buscavam para si próprios, de maneira cada vez mais intensa, uma aproximação mais estreita com as Forças Armadas.<sup>134</sup> Essa aproximação levou alguns militares a se manifestarem publicamente em favor da candidatura oposicionista, o que acirrou ainda mais os conflitos com o governo e redundou na distribuição de sucessivas punições e transferências.

### 3. A eleição de Bernardes e a crise político-militar

A despeito do clima de intensa agitação política que marcou os primeiros meses de 1922, as eleições presidenciais realizaram-se na data prevista em 1º de março. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha.<sup>135</sup> Mais uma vez o esquema

eleitoral vigente na República Velha funcionou para garantir a posição do candidato oficial. Diferentemente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição. A Reação Republicana não reconheceu a derrota e passou a reivindicar a criação de um Tribunal de Honra, uma "comissão que, validando o processo eleitoral, desse o veredito de quem teria sido o vencedor, retirando com isso do Congresso o poder constitucional de fazer o reconhecimento dos candidatos".<sup>136</sup>

A justificativa para a adoção desta medida foi exposta pelo próprio Nilo Peçanha em telegrama a Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, visando obter seu aval para dar início à nova etapa de luta.<sup>137</sup> Obtida a anuência de Borges e o apoio do Clube Militar, a Reação Republicana assumiu novos contornos. Começaram a ser criadas associações, tais como a Cruzada Fluminense, para dar continuidade, "por meio de conferências públicas, artigos pela imprensa e comícios populares em todo o território brasileiro, aos trabalhos pela causa da Reação Republicana até seu termo final".<sup>138</sup> Com isso pretendia-se intensificar os esquemas de atuação da Reação Republicana: de um lado ampliava-se a mobilização popular, e de outro aprofundava-se o processo de acirramento dos ânimos militares.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. O matutino fluminense O Estado assim declarava: "O Exército está numa contradição infernal. Não contente em remover oficiais inferiores, soldados, de per si, o governo transfere agora de uma região para outra, de uma localidade para outra, companhias, batalhões, regiões militares. Ninguém atina com o motivo das mudanças continuadas, todos as assistem cheios de espanto sem encontrar quem lhes dê a solução do caso. Que have-

rá? Apenas medo (...) Porque os bernardistas e o governo sabem das bandalheiras que mancomunados têm praticado contra o povo, contra as classes armadas, contra a República."<sup>139</sup>

Além de denunciar as perseguições feitas pelos bernardistas aos militares, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. A esse respeito J.J. Seabra declarava: "Se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira."<sup>140</sup>

Nesse clima de intensa agitação política, os militares começaram a passar do protesto à rebeldia e a intervir de fato em disputas políticas em favor de seus aliados civis, como aconteceu no Maranhão. Nesse estado, as forças militares federais resistiram em cumprir a ordem da Presidência da República de garantir a posição do governador, em disputa com grupos oposicionistas que controlavam a Assembléia Legislativa. Paralelamente, começavam a aparecer os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal e em Niterói.<sup>141</sup>

Preocupado com o agravamento da crise e com a possibilidade de eclosão de uma guerra civil, Epitácio tentou articular uma proposta de conciliação que consistia na anulação da eleição, com a concordância Bernardes e Nilo, e na realização de um novo pleito, com o lançamento de um tertius de consenso. Esse procedimento de Epitácio foi interpretado pelos nilistas como um recuo do governo e conseqüentemente como um enfraquecimento de Bernardes, já que o apoio do presidente da República era uma peça de grande importância para garantir um nome que se achava contestado por tantas frentes.<sup>142</sup>

As lideranças políticas de Minas e São Paulo não se deixaram entretanto intimidar diante das declarações alarmistas dos mi-

litares sobre a ameaça de revolta das tropas, e nem a idéia do Tribunal de Honra nem a proposta conciliadora de Epitácio foram consideradas. Às advertências militares, segundo O Estado, Raul Soares teria respondido: "Se as classes armadas se acham no direito de fazer a revolução, nós nos achamos no dever de debelá-la."<sup>143</sup> Carlos de Campos, líder da bancada paulista na Câmara Federal, assumia posição semelhante ao declarar: "Não cogitamos de acordo, nem é possível aceitá-lo. A atitude de São Paulo é definida e definitiva."<sup>144</sup>

Em conformidade com essa orientação, ao ser realizada em maio de 1922 a eleição para a mesa da Câmara Federal e para as diversas comissões parlamentares, foram excluídos todos os deputados dissidentes.<sup>145</sup> A disposição clara das forças bernardistas de não fazer nenhum tipo de negociação conduziu a uma radicalização maior das correntes oposicionistas. Com o afastamento de seus partidários de todas as comissões da Câmara, e dos trabalhos de reconhecimento eleitoral, Nilo Peçanha e J.J. Seabra lançaram um manifesto que declarava: "A dissidência retira-se do Congresso e só a este caberá a responsabilidade do que acontecer de hoje em diante."<sup>146</sup> Totalmente marginalizadas no cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes não tinham outra alternativa senão o aprofundamento das relações com os militares.

As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornavam-se por sua vez cada vez mais concretas. Ainda em meados de maio, Dantas Barreto, já suspeitando da crise que iria eclodir em Pernambuco, telegrafou a Nilo declarando: "Tribunal de Honra ou revolução."<sup>147</sup> Ainda que Nilo não tivesse se comprometido publicamente com esse tipo de opção e declarasse que, mesmo "vencidos pela força", era sua convicção que "seriam no futuro vencedores pela lei",<sup>148</sup> segmentos expressivos da Reação Republicana admitiam cada vez mais a radicalização.

A morte inesperada de Urbano dos Santos, vice-presidente da República eleito junto com Artur Bernardes, ocorrida também no mês de maio, provocou nova ofensiva das forças da Reação Republicana, que passaram a reivindicar que o cargo vago fosse ocupado por J.J. Seabra. O Supremo Tribunal Federal (STF), porém, não reconheceu esta possibilidade.

Por outro lado, os conflitos desencadeados em Pernambuco em torno da sucessão estadual e a intervenção do governo federal em favor do candidato de Estácio Coimbra<sup>149</sup> — que viria, aliás, a ocupar o lugar de Urbano de Santos — provocaram os protestos de Hermes da Fonseca. Tais protestos resultaram na sua prisão e no fechamento do Clube Militar. A situação política em Recife acabou por ser controlada, mas a conspiração militar já estava em marcha. Os incidentes constantes do Clube Militar, as pequenas revoltas da Marinha e do Exército e o apoio de uma parcela das oligarquias aos movimentos de força levaram os militares mais exaltados a tentar uma revolução para a derrubada do governo e sua substituição pelos dirigentes civis e militares opositores.<sup>150</sup>

A rebelião eclodiu finalmente em 5 de julho de 1922 e contou com a participação das guarnições de Campo Grande (MS), Niterói e Rio de Janeiro. Se em Mato Grosso e no Rio o levante se restringiu aos militares, no estado do Rio parlamentares e destacadas figuras do grupo nilista tentaram ter uma participação mais efetiva. José Eduardo de Macedo Soares (deputado federal), Sílvio Rangel (deputado estadual), Laurindo Lemgruber Filho e alguns militares receberam a adesão do comandante da Polícia Estadual, César Leite Barbosa, e com esse auxílio promoveram a ocupação militar da Companhia Telefônica de Niterói, impedindo as ligações telefônicas com o Distrito Federal. Pretendiam ainda ocupar todas as repartições públicas estaduais e federais da cidade, mas foram impedidos pelo chefe de

polícia de Niterói. A ocupação de alguns pontos estratégicos, de acordo com as denúncias do procurador criminal, visava criar uma base de apoio para os militares revoltosos que, sob o comando do marechal Hermes, partiriam da Vila Militar do Rio de Janeiro para derrubar o governo e organizar uma junta governativa de que fariam parte o próprio marechal Hermes, Nilo Peçanha e J.J. Seabra.<sup>151</sup>

A tentativa de revolta em Niterói fracassou desde o começo, e no Distrito Federal logo foi sufocada pelas forças federais. O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Epitácio pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes (do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco) votaram a favor da medida, demonstrando o recuo efetivo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana.

Nilo Peçanha, embora não se tivesse envolvido diretamente no levante, não negou seu apoio aos tenentes: "Ainda que preferindo o arbitramento ou o Tribunal de Honra às soluções de força, sou dos que entendem, entretanto, que os bravos militares perseguidos em desespero se insurgiram pelos destinos constitucionais do Exército (...) E se a política é acusada de coparticipação nesse movimento militar, por ter-lhe criado o ambiente, declaro-me solidário aos vencidos e desde já renuncio às minhas imunidades parlamentares para sofrer com eles."<sup>152</sup>

Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Epitácio determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos. Embora arrolado no inquérito policial como envolvido na revolta, Nilo Peçanha não teve as acusações comprovadas. Entre-



tanto, inúmeros políticos fluminenses e jornalistas foram presos e processados.

A despeito das tentativas de articulação e do uso que as oligarquias dissidentes, em sua luta pelo poder, fizeram da insatisfação militar, a Reação Republicana e o levante de 5 de julho de 1922 tiveram origens independentes. Como bem compreendeu Maria Cecília Forjaz, os dois movimentos que contestaram as estruturas políticas básicas da Primeira República se originaram de forma paralela de reivindicações e conflitos distintos.<sup>153</sup>

Terminado este ciclo de contestação, Nilo Peçanha tentou concretizar uma política de conciliação. Em carta endereçada a Francisco Sá e distribuída à imprensa, esse ponto de vista era explicado: "Por que é que não se inicia o novo período governamental pela suspensão do estado de sítio (...)? Eu tenho para mim que só uma larga política de clemência e de apaziguamento da família brasileira poderá consolidar a ordem pública e permitiria tarefa quase sobre-humana, hoje, de reconstrução financeira do país."<sup>154</sup> As propostas conciliatórias de Nilo, entretanto, não encontraram eco.

Por ocasião da posse de Bernardes, em novembro de 1922, Nilo Peçanha voltaria a se pronunciar publicamente lançando um manifesto à nação.<sup>155</sup> Esse documento, além de resumir os pontos básicos do programa da Reação Republicana, defendia a regeneração da República. Nilo não só retomava idéias centrais defendidas desde o começo de sua carreira política — como a diversificação da agricultura e uma política econômico-financeira ortodoxa — mas também se engajava na defesa de novos pontos como a reforma constitucional e o voto secreto para todos os cidadãos alfabetizados. Finalmente, criticava com vigor as distorções do federalismo, advogando uma representação dos estados no Congresso mais igualitária, que atenuasse a pre-

ponderância que a antiga divisão das províncias do Império tinha determinado em favor das grandes unidades, tornando cada dia mais precário o equilíbrio da federação.

Contudo, qualquer que fosse sua posição naquele momento, Nilo Peçanha não iria alterar sua sorte política. A Reação Republicana já estava completamente diluída, e as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais.

Se a posição do Rio Grande do Sul garantiu o controle do estado para o Partido Republicano Rio-Grandense de Borges de Medeiros, a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro sofreram alterações significativas nas suas políticas internas, com a troca dos grupos dominantes. Especialmente no estado do Rio, esse processo de revezamento de grupos no controle do estado assumiria um caráter radical.

Desde o final de 1921 Maurício de Lacerda pressentia os perigos que uma possível vitória de Bernardes significaria: "Se empossado a 15 de novembro, o mandão mineiro se desforrará do nilismo invadindo armadamente a sede de seu governo e entregando-o, sob artilharia federal, aos conspícuos grãos de bico da mambembe oposicionista."<sup>156</sup>

### III. Os reflexos da crise nacional na política fluminense

#### 1. A tentativa nilista de garantir o poder

Antes mesmo da vitória de Artur Bernardes, o simples lançamento da candidatura de Nilo Peçanha provocou a reação imediata das forças situacionistas, passando os estados dissidentes a sofrer as conseqüências de sua rebeldia. Dentro dessa lógica, em relação ao estado do Rio, o governo de Epitácio Pessoa logo iniciou uma política destinada a beneficiar as correntes antinilistas locais.

A correspondência de Raul Soares com Artur Bernardes, narrando suas conversas com Epitácio, deixa bastante claras essas iniciativas: "Já mandei suspender todos os atos relativos ao Estado do Rio, sobre os quais me entenderei com a oposição (...) Já me entendi com o Norival e mandei chamar o Sodré. Vou mandar chamar outros, pois o perigo das oposições do Rio, como você sabe, é a emulação."<sup>157</sup>

Um dos maiores aliados dos bernardistas no estado do Rio era o juiz federal León Roussoulières, presidente das juntas apuradoras e de recursos, e portanto elemento-chave para a condução do processo eleitoral em território fluminense. Visando não apenas articular as oposições estaduais, como beneficiar o candidato oficial à presidência, Roussoulières mencionava igualmente em sua correspondência com Bernardes as medidas que deveriam ser tomadas nesse sentido. Entre elas incluía-se a intensificação do alistamento elei-

toral, que criaria um contingente de eleitores independentes do controle nilista, e a nomeação de 20 novos juizes suplentes alheios ao nilismo, os quais seriam posteriormente incumbidos de presidir as mesas eleitorais fluminenses.<sup>158</sup>

Dois outros episódios confirmam a investida antinilista das forças que sustentavam Bernardes no correr do ano de 1921. Pouco mais de um mês depois do lançamento da Reação Republicana, processou-se a substituição, na Comissão de Verificação e Poderes da Câmara Federal, do líder da bancada fluminense João Guimarães pelo deputado antinilista Norival de Freitas.<sup>159</sup> O próximo atingido foi Raul Fernandes, excluído da Comissão de Justiça.

A hostilidade das forças ligadas à situação nacional tornava a posição dos nilistas no estado do Rio bastante delicada, tanto mais que, além da eleição presidencial marcada para março de 1922, as forças políticas fluminenses (assim como nos demais estados) preparavam-se para enfrentar uma série de pleitos eleitorais: em dezembro de 1921 seriam realizadas eleições para à Assembléia Legislativa, e, em julho de 1922, para o governo estadual.

Por outro lado, a proximidade desses pleitos tornava premente a regulamentação de duas questões deixadas em aberto pela reforma constitucional de 1920: a da elegibilidade dos prefeitos municipais e a da organização do processo eleitoral. Assim, em 30 de setembro de 1921, o deputado estadual Sílvio Rangel apresentou à Assembléia Legislativa dois anteprojetos de lei, que seriam aprovados em 3 de novembro, o primeiro referente à organização dos municípios e o segundo ao processo eleitoral.

A Lei Orgânica das Municipalidades<sup>160</sup> tornava finalmente eletivo o cargo de prefeito, atendendo assim a uma antiga reivindicação das oposições. Estabelecia ainda os princípios gerais de order

política e administrativa pelos quais se deveriam pautar os poderes Legislativo e Executivo municipais, mas não fazia reverter aos municípios a arrecadação do imposto sobre indústria e profissões, frustrando assim outra expectativa antiga.

Se a Lei das Municipalidades, ao estabelecer a eletividade dos prefeitos, significou uma concessão aos oposicionistas, o mesmo não pode ser dito da Lei Eleitoral, aprovada concomitantemente.<sup>161</sup> Temendo a radicalização das oposições, beneficiadas pelos primeiros sinais de intervenção federal no estado, a Assembléia aprovou uma verdadeira lei de arrocho, que veio neutralizar o efeito liberalizante da Lei das Municipalidades. O objetivo da nova Lei Eleitoral era na verdade estabelecer um rígido controle sobre a composição das mesas eleitorais e das juntas apuradoras, de modo a garantir em qualquer caso a vitória do nilismo.

Contrariando o princípio estabelecido na Constituição de 1920, segundo o qual "os magistrados não poderiam ser nomeados para cargo, emprego ou magistratura que não lhes competisse por acesso a magistratura", a nova lei determinava que as juntas apuradoras seriam compostas de cinco juizes de direito designados por ato do governo estadual dos juizes de paz (anteriormente eleitos), responsáveis pela qualificação dos eleitores. Com isso ficava garantido para os nilistas o controle do processo eleitoral.

Outro ponto polêmico dizia respeito à regulamentação do voto cumulativo, permitido pela lei federal. Uma vez que a Constituição de 1920 rezava que o processo de votação estadual deveria ser o mesmo adotado nas eleições federais, ficava estabelecido para o eleitor fluminense o direito de acumular todos os seus votos (ou parte deles) em um único candidato da chapa de seu distrito, escrevendo o nome deste tantas vezes quantos votos quisesse dar.<sup>162</sup> Isto significa-

va que numa eleição estadual, em que cada distrito devia eleger 9 representantes, sendo uma vaga tradicionalmente reservada ao candidato de oposição, era possível ao eleitor dar 8 votos ao mesmo candidato.

A nova Lei Eleitoral veio derrubar este princípio, proibindo mais de dois votos em um único candidato, bem como a acumulação em mais de um nome. Tal medida visava sem dúvida restringir as possibilidades de manobra da oposição: "O voto cumulativo é um dos meios através do qual se realiza o princípio de representação das minorias, e, alterando os critérios do voto cumulativo, a lei fluminense alterou e desvirtuou a lei federal que a própria Constituição do estado manda respeitar."<sup>163</sup> Vista como um casuísmo contra a oposição, a alteração introduzida pela nova lei era além disso considerada como um procedimento inconstitucional.

Outro ponto importante definido pela Lei Eleitoral foi a data das eleições para as prefeituras municipais: determinou-se que estas deveriam se realizar juntamente com a eleição para presidente do estado, ou seja, em julho de 1922.

## 2. As disputas eleitorais

### 2.1 As eleições legislativas estaduais de dezembro de 1921

Uma vez definidos os mecanismos do processo eleitoral, ainda em novembro de 1921 o PRRJ organizou sua chapa de candidatos a deputado estadual. O critério adotado pela comissão executiva do partido foi o da reeleição, com a introdução de apenas três novos nomes: os de José Tolentino, ex-deputado federal, Luís Sobral, ex-prefeito de Campos, e Roberto de Moraes Veiga, irmão de Raul Veiga. De acordo com a prática tradicional, em cada um dos cinco distri-

tos foi deixada uma vaga para oposição.<sup>164</sup>

As oposições, por seu lado, lançaram também chapas autônomas, com número desigual de candidatos por distrito.<sup>165</sup>

Realizado o pleito, a vitória, como era previsto, coube aos candidatos nilistas.<sup>166</sup> No entanto, a partir da diplomação dos eleitos, em 17 de janeiro de 1922, efetivada pelas próprias juntas apuradoras, os resultados da eleição começaram a ser contestados pela oposição. Sob a alegação de que os princípios estabelecidos pela Lei Eleitoral que havia regido o pleito feriam a Constituição do estado, argumentava-se que uma Assembléia composta de elementos diplomados naquelas circunstâncias seria tão legítima quanto qualquer outra, composta de elementos não-diplomados.<sup>167</sup>

Tal argumento abria a tão temida possibilidade de duplicação da Assembléia Legislativa, um passo certo no caminho da intervenção federal. Desta vez, porém, a luta entre nilistas e oposição ultrapassava as fronteiras do estado. Antes do processo de reconhecimento dos eleitos pela Comissão de Verificação da Assembléia, que deveria ocorrer em julho, a sorte dos dois grupos seria definida pelo resultado da eleição presidencial de março.

## 2.2 A sucessão estadual de julho de 1922

A vitória de Bernardes veio dar à oposição fluminense um novo cacife e melhores instrumentos de luta. Ainda que os nilistas não reconhecessem a derrota e continuassem articulando novas alternativas para impedir o reconhecimento de Bernardes, as dificuldades que enfrentavam tornaram-se cada vez mais visíveis. Além da total perda de controle sobre as nomeações federais para os cargos fluminenses e da impossibilidade de obtenção de recursos financeiros, os

nilistas se defrontaram com desafios dentro de suas próprias fileiras.

No esquema de funcionamento da política na República Velha, o adesismo à situação era uma prática corriqueira. Se em princípio apoiar uma candidatura de oposição constituía uma empresa arriscada, manter o apoio após a derrota significava enfrentar toda sorte de perseguição. Assim, os nilistas se depararam com as primeiras defecções. O primeiro grande problema nessa área foi a renúncia de Maurício Medeiros a seu mandato de deputado federal, o que implicava a realização de eleição suplementar para preenchimento da vaga. Àquela altura era grande a possibilidade de não se conseguir eleger um candidato nilista.

Sentindo-se fortalecida com o apoio federal, a oposição lançou um candidato próprio, Galdino do Vale Filho, médico e chefe político de Friburgo, uma das mais expressivas lideranças oposicionistas do estado. Realizada a eleição em 7 de maio de 1922, em meio a acusação mútua de fraude e pressões eleitorais, o controle nilista sobre as juntas de apuração garantiu a vitória do candidato situacionista, Enéas de Castro.<sup>168</sup> Este resultado deveria porém ser confirmado pela Comissão de Verificação e Poderes da Câmara Federal, dominada pelos bernardistas. Contrariando os nilistas, no mês de julho a Comissão reconheceu a vitória de Galdino do Vale Filho.<sup>169</sup> Tal decisão teve um efeito duplamente negativo: de um lado ampliou a força da oposição no interior da bancada federal fluminense, e de outro, teve o efeito psicológico de desnudar a situação de fragilidade em que o nilismo se encontrava.

Por outro lado, ainda durante o primeiro semestre de 1922, a proximidade das eleições para a presidência do estado e para as prefeituras municipais, a serem realizadas em julho, exigia dos nilis



tas o estabelecimento de diretrizes claras de atuação, de modo a preservar seu controle político sobre o estado e neutralizar as ameaças da oposição. Com o objetivo de encaminhar a questão sucessória tanto em nível estadual como municipal, e de eleger a nova comissão executiva do PRRJ, foi assim realizada em 18 de abril a convenção do Partido Republicano do Rio de Janeiro.

Embora não se tenha notícias mais detalhadas sobre o evento, a convenção reelegeu a antiga comissão executiva para o próximo biênio com uma única alteração,<sup>170</sup> conservando com isso o critério de privilegiar nomes de maior trânsito na esfera federal e de consagrar a liderança da facção de Raul Fernandes. A manutenção desse tipo de orientação tinha por objetivo neutralizar as ameaças de intervenção e as ingerências oriundas da esfera federal.

No que diz respeito à sucessão estadual, a convenção indicou como candidatos a presidente e vice-presidente, respectivamente, Raul Fernandes e Artur Costa, este último político de Campos e na época presidente da Assembléia Legislativa. Raul Fernandes, já cogitado para disputar o cargo na eleição de 1918 e não aceito, apresentava-se naquela circunstância como o candidato natural. Num momento de crise como o que se delineava, tornava-se fundamental a indicação de um nome que não só mantivesse a coesão interna do partido, mas também possuísse credibilidade e respeitabilidade no cenário nacional. Jurista de renome internacional, político respeitado e elemento de toda confiança de Nilo, Raul Fernandes preenchia perfeitamente as condições necessárias para ser lançado candidato. A despeito das divergências anteriores com o grupo campista de João Guimarães, seu nome foi aceito no interior do partido sem resistências, pois o momento não permitia querelas internas. Com sua candidatura, mais uma vez saíam vitoriosos os elementos melhor articulados na po-

lítica nacional em detrimento daquelas cuja força principal fixava-se no interior do estado.

Como candidato oposicionista, foi lançado pelas Forças Reunidas da Oposição Fluminense o nome de Feliciano Sodré, que já havia concorrido ao cargo no pleito de 1914, tendo sido derrotado pelo próprio Nilo Peçanha. Apesar das divergências internas, que haviam impedido o lançamento de um candidato em 1918, as correntes oposicionistas fluminenses conseguiram obter um mínimo de coesão para concorrer ao governo do estado. É importante ressaltar no entanto, que sua fragilidade no conjunto do estado permanecia, e que um desempenho mais eficaz nesse momento deveu-se em grande parte ao aval do governo federal.

Em que pese a aguda polarização política, o pleito eleitoral não foi objeto de grande mobilização, o que se explica em virtude do tenso clima político do país.<sup>171</sup> É preciso não esquecer que nas vésperas das eleições, realizadas em 7 de julho, a crise político-militar iria culminar na revolta tenentista de 5 de julho, seguida da decretação do estado de sítio. O lançamento de ambas as candidaturas reduziu-se assim ao tradicional banquete e a leitura das plataformas, com a presença de políticos e nomes de destaque, mas sem nenhuma participação popular. Ao contrário da campanha de 1914, ou mesmo da Reação Republicana, desta vez não se realizaram comícios ou manifestações públicas.

Ainda que esvaziado do ponto de vista da mobilização, o ponto alto do processo sucessório foi o lançamento dos programas de governo. Diferentemente de pleitos anteriores em que plataformas ou programas nada mais eram do que discursos laudatórios sem conteúdo, as propostas dos candidatos revestiam-se de substância e expressavam preocupações específicas. Isso se revela de forma especialmente

clara em relação a Raul Fernandes. Bem elaborado, seu programa apresentava uma avaliação crítica do funcionamento da política na República Velha e anunciava com clareza as linhas mestras do seu futuro governo.

Na esfera política, sua proposta principal girava em torno de desvinculação do exercício do governo da chefia do PRRJ. Na perspectiva do candidato nilista, a vinculação entre a administração e a política partidária era responsável por toda sorte de manipulações e abusos do Poder Executivo. "Os presidente de estado têm a ilusão de exercer um governo forte porque dominam simultaneamente a administração e a política partidária, dispondo a seu arbítrio dos pontos eletivos, suscitando e satisfazendo como lhes apraz as ambições de uma clientela numerosa." Ou ainda: "Deforma-se através desse prisma truncado a própria finalidade do governo: para estes convergem os ataques das oposições exasperadas pela desigualdade da luta: nos municípios o acordo trocado entre o governo e o chefe local vale para este como carta branca para todos os atropelos, vexações e iniquidades."<sup>172</sup>

Com essas formulações Raul Fernandes pretendia não só criticar o sistema oligárquico-clientelístico, mas propor um novo modelo de funcionamento de política em que as chefias estaduais tivessem um envolvimento menor na condução da vida partidária, podendo assim administrar independentemente das ingerências políticas. Ou seja, através dessa orientação, pretendia descentralizar o poder dos centros decisórios e ao mesmo tempo fortalecer a estrutura partidária. O partido liderado por Nilo Peçanha, que ao longo de sua evolução denominou-se Partido Republicano Fluminense (PRF) e Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), caracterizara-se sempre por uma organização partidária precária, decorrente das confusas concep-

ções de partido político, das contradições entre a política estadual e a política federal, mas principalmente da atuação das lideranças pessoais, que se sobrepunham à idéia de partido. Na verdade, não se havia conseguido formar uma agremiação disciplinada, coesa, que solidificasse os laços partidários frouxamente sustentados, e isso em virtude da baixa institucionalização, da ausência de reuniões políticas e da falta de uma estruturação competente. Toda a mobilização partidária era voltada para a organização das chapas, o que evidenciava seu caráter meramente eleitoreiro. Num momento de crise, em que o grande líder fluminense Nilo Peçanha, que até então tinha centralizado as principais decisões políticas da vida do estado, se achava ameaçado,urgia tentar criar canais de poder mais descentralizados e ao mesmo tempo despersonalizar a política.

A despeito do questionamento da efetiva crença de Raul Fernandes nesses princípios, defendê-los naquele momento significava um ato pragmático de sobrevivência. Separar o exercício de governo da chefia do partido significava delimitar formalmente seu próprio papel e o de Nilo Peçanha. Dentro dessa perspectiva, Raul Fernandes declarava: "Se eleito, não serei o governo forte que em princípio farei: renuncio convencidamente aos melhores instrumentos de cooptação, e ficarei sem séquito, sem cortejo, (...) não farei nem vetarei candidatos a cargos eletivos. Vossos diretores políticos terão a liberdade e a inteira responsabilidade das escolhas que nos propuserem (...) Sob nenhum partido me empenharei em eleições, para não jogar na balança o peso iníquo de autoridade, que não pode ser parcial sem faltar à sua missão."<sup>173</sup>

Segundo essas declarações, Raul Fernandes pretendia guardar para si apenas as atividades administrativas, ficando a condução dos negócios políticos entregue ao partido e, em última instância, a

Nilo Peçanha. Além disso, pretendia restringir a autonomia do Executivo, cuja atuação deveria refletir a orientação do Legislativo, a qual, por sua vez, reproduziria livremente a opinião dos seus mandatários. O pensamento do governo se manifestaria publicamente apenas nas mensagens presidenciais ou nos votos.

Um segundo aspecto importante da plataforma de Raul Fernandes dizia respeito ao funcionamento do federalismo. De acordo com seu ponto de vista, era fundamental privilegiar a autonomia dos estados, pois a solução dos problemas do país estaria na periferia, e não no centro do aparelho federativo. "Os estados tudo podem para resolvê-lo; a União nada. De fato, ou o governo federal montará guarda em defesa dos governo estaduais e, cumprindo assim seu dever constitucional, consolidará o estado de coisas que se trata de modificar; ou então exercerá a golpes de Estado uma espécie de polícia da federação, intervindo arbitrariamente na administração regional, e, em última análise para impedir a revolução popular, desencadeará a revolução oficial."<sup>174</sup> Num vocabulário menos radical, eram assim mantidos os pontos centrais do discurso da Reação Republicana, ao mesmo tempo em que se procurava criar anteparos para as possíveis intervenções federais.

Na esfera econômica e financeira, o programa de Raul Fernandes reproduzia os pontos centrais das antigas propostas de Nilo, defendendo uma política de contenção dos gastos públicos, de não endividamento e de equilíbrio orçamentário. Em matéria tributária era mantida a proposta de diminuição gradual do imposto de exportação em favor do imposto territorial. Em relação à melhoria da produção agrícola, eram previstos uma reformulação da rede de transportes, auxílios sob a forma de crédito e ainda a criação de mecanismos facilitadores da comercialização, destinados inicialmente ao fortalecimento

to da policultura. Mais uma vez se efetivava dentro do discurso da corrente nilista uma opção clara pelo desenvolvimento do mundo rural e pelo agrarismo.<sup>175</sup>

Do lado oposicionista, Feliciano Sodré apresentou igualmente uma plataforma, ainda que menos densa e substancial. Além de conter críticas de caráter geral sobre atuação do grupo nilista no poder, propunha procedimentos moralizadores dos processos eleitorais e da prática política em geral. Em termos de política econômica, abordava algumas das questões mencionadas por Raul Fernandes, como melhoria dos transportes, educação e crédito rural, conferindo ênfase especial às questões urbanas. Sua principal preocupação era conter o êxodo da população urbana fluminense, através da expansão do nível de emprego nas cidades.<sup>176</sup> Embora o candidato oposicionista não explicitasse os caminhos para solucionar tal questão, é visível a diferença de ênfase em relação ao seu opositor nilista, que privilegiava em todas as suas propostas a problemática rural.

É difícil avaliar o significado mais profundo dessas duas propostas, privilegiando aspectos diferentes da realidade. Uma análise localizada do significado restrito desses dois programas de governo poderia nos levar a pensar que eles expressavam de fato a existência de projetos divergentes para a organização e desenvolvimento da sociedade fluminense. A corrente nilista, portadora de propostas orientadas por um modelo de desenvolvimento agrarista, onde a policultura seria a pedra angular, diferiria essencialmente do grupo liderado por Feliciano Sodré, mais voltado para o estabelecimento de uma nova alternativa econômica através da criação de novas atividades direcionadas para um desenvolvimento industrial e urbano. Contudo, uma investigação mais global e aprofundada da política fluminense não nos leva a pensar que a representação de interesses divergentes em termos econômicos ou políticos estivesse na raiz dos

conflitos ou na demarcação dos grupos oponentes que disputavam o controle político. Tradicionalmente, as disputas que se desenrolavam no cenário político eram na verdade, em grande parte, oriundas de conflitos clientelísticos.

Além disso, como já foi visto, as oposições fluminenses não podem ser definidas como um grupo coeso, que atuava de maneira articulada e defendia um projeto específico. A despeito da existência de um diminuto grupo permanente, sua composição foi constantemente alterada ao longo dos anos, ao sabor das alianças ou conflitos com o grupo dominante. Por outro lado, sua prática política foi em geral inconsistente, não havendo propostas concretas para solucionar os graves problemas políticos e econômicos enfrentados pela sociedade e pela própria elite fluminense.

Nesse quadro, as propostas felicicianistas enfatizando a necessidade de se expandir o nível de emprego urbano, de forma a conter o êxodo das populações das cidades fluminenses para fora do estado, parecem ter um sentido muito mais conjuntural e eleitoreiro do que propriamente um sentido alternativo ou inovador. Na verdade, essa preocupação com as populações urbanas, especialmente em Niterói, pode ser interpretada como o desejo de garantir e privilegiar as bases políticas oposicionistas, que se localizavam nos principais centros urbanos, e mais especificamente na capital do estado. Além disso, pode-se acrescentar que tentar impedir o esvaziamento populacional progressivo do estado era uma preocupação também dos nilistas, ainda que estes apontassem como solução para o problema medidas a serem implementadas no campo.

Finalizando, ainda que o programa dos dois candidatos apresentassem especificidades, estas não constituem um argumento suficientemente sólido para nos conduzir à conclusão de que se trata-

va da representação de interesses divergentes. Mais uma vez portanto, confirma-se o modelo proposto por Vítor Nunes, que caracteriza as oposições na República Velha como agrupamentos fluidos, destituídos de formulações políticas mais consistentes e empenhados essencialmente na conquista de cargos públicos, cujos conflitos com a situação não tinham por base divergências de caráter programático.<sup>177</sup>

A eleição realizou-se afinal no dia 9 de julho de 1922, em meio a um clima de grande tensão. A polarização política que tinha tomado conta do país desde o início da campanha sucessória para a presidência da República culminou com deflagração do levante tenentista do Forte de Copacabana em 5 de julho, e a decorrente decretação do estado de sítio no Distrito Federal e no estado do Rio. Os temores da situação fluminense acerca do seu destino se acentuaram.

Tão logo os resultados eleitorais foram divulgados, dando a vitória a Raul Fernandes, abriu-se aguda crise na política fluminense. Alegando a inconstitucionalidade da junta apuradora, composta segundo os princípios da última reforma eleitoral, Feliciano Sodré não reconheceu a vitória do seu opositor. Como a posse do presidente do estado era dada pela Assembléia Legislativa, um novo perigo vinha se colocar para os nilistas: se havia o risco da duplicação da Assembléia, conseqüentemente havia o risco da duplicidade do governo. Tudo isso só aumentava o temor da intervenção federal.

### 2.3 As eleições municipais de julho de 1922

Paralelamente à eleição para presidente estadual, em 9 de julho de 1922 realizaram-se pela primeira vez eleições gerais para prefeito em todos os municípios do estado do Rio. Exatamente numa conjuntura tão adversa, os nilistas se viam obrigados a dar desdobramento à sua iniciativa de dois anos atrás, de promover uma maior a-



bertura política, permitindo em tese um revezamento de grupos no poder. Embora sejam poucas as informações disponíveis para o acompanhamento do processo eleitoral nos diversos municípios, foi possível reunir dados relativos a algumas localidades mais importantes, que permitem analisar a atuação das forças nilistas e detectar qual o peso efetivo de que as correntes oposicionistas desfrutavam. Assim, as cidades de Niterói, Petrópolis e Campos foram objeto de uma análise mais detalhada, cujos resultados serão demonstrados a seguir.

Niterói, capital, principal centro urbano do estado e reduto mais importante da oposição, foi palco das mais graves dificuldades enfrentadas pelo nilismo. A candidatura inicialmente lançada foi a do então prefeito nomeado, Ranulfo Bocaiúva Cunha, que chegou a se exonerar do cargo e apresentar um programa de governo centrado na modernização da cidade, na implementação de pequena lavoura e na criação de facilidades para a expansão industrial.<sup>178</sup> Contudo, os boatos acerca do iminente levante militar e o agravamento do clima político no estado levaram Bocaiúva Cunha a desistir de sua candidatura em 4 de julho, exatamente cinco dias antes do pleito.<sup>179</sup>

A atitude inesperada de Bocaiúva Cunha deixou as forças nilistas em situação extremamente difícil. Contando já com inúmeros problemas oriundos da pressão política federal e da decretação do estado de sítio no estado do Rio, encontrar um novo nome para concorrer à prefeitura de Niterói, àquela altura, se constituía em dificuldade intransponível. A solução adotada foi apoiar o candidato avulso Luís Carlos Fróes da Cruz, que não só não era nilista, como não era merecedor da confiança daquela corrente. Do lado oposicionista o candidato lançado era Luís Teixeira Leomil.

A eleição se realizou debaixo de um clima de intimidação do eleitorado nilista, que aquela altura considerava seu futuro polí-

tico gravemente ameaçado. Os resultados eleitorais deram a vitória a Teixeira Leomil, e os recursos impetrados por Fróes da Cruz junto ao Tribunal de Relação, denunciando os atos de pressão praticados pela oposição com o apoio do governo federal e pedindo a anulação do pleito, não obtiveram êxito.<sup>180</sup> A vitória de Leomil em Niterói demonstrou não só o peso da oposição local, mas também o quanto se achava minado o espaço de atuação nilista.

Em Petrópolis, embora a situação se apresentasse menos grave, o desfecho da disputa foi o mesmo. Se não houve problemas no interior das forças nilistas, sendo indicado tranqüilamente o nome do deputado estadual Artur Barbosa, inúmeros foram os conflitos com a oposição. Para competir com o candidato oficial foi lançado o deputado federal Joaquim Moreira, que acabou sendo eleito. A despeito das alegações de que o candidato nilista havia obtido um maior número de votos, o Tribunal de Relação reconheceu como vitoriosa a oposição.<sup>181</sup>

Em Campos, principal base do nilismo, se por um lado não se contava com uma oposição forte capaz de ameaçar as forças dominantes, por outro apresentavam-se dificuldades dentro da própria corrente nilista, dividida entre o grupo campista de João Guimarães e a facção ligada a Raul Fernandes. O candidato natural à prefeitura era César Tinoco,<sup>182</sup> não só por já ocupar interinamente o cargo em virtude da exoneração de Luís Sobral, ocasionada por conflitos com a companhia de eletricidade local, mas também por ser ele um homem da inteira confiança de João Guimarães. A despeito das expectativas de Tinoco, o nome indicado foi exatamente o de Luís Sobral. A indicação de um candidato ligado à facção de Raul Fernandes criou profundos descontentamentos, ameaçando de racha o grupo nilista. A gravidade do momento, entretanto, impediu a eclosão do conflito, e o

episódio foi absorvido, o que permitiu a vitória de Sobral.

Ainda que em termos numéricos tenha sido mantido o controle nilista sobre a maioria dos municípios, um balanço do pleito municipal aponta para a abertura de uma grave cunha na estrutura de dominação nilista. A derrota em Niterói e em Petrópolis teria consequências graves. Além de serem os mais importantes municípios do estado, no caso específico de Niterói, a perda do controle pelos nilistas facilitava ainda mais o caminho para a instalação da duplicata de assembleias.

### 3. O recuo do nilismo

#### 3.1 A ameaça de duplicata

A vitória das forças nilistas nas eleições para o governo do estado e dos municípios não garantiu, como foi visto, a estabilidade da dominação nilista no estado. Ainda em julho deveria ser feito o reconhecimento dos deputados estaduais eleitos em dezembro de 1921, e este seria o acontecimento decisivo naquele momento. Como presidente da Assembleia Legislativa anterior, o nilista Artur Costa tinha como atribuição nomear a nova Comissão de Verificação de Poderes, incumbida de reconhecer os deputados que seriam considerados eleitos. Evidentemente essa comissão reconheceria apenas os candidatos nilistas, regra já consagrada no funcionamento da política oligárquica. Entretanto, naquele momento, as oposições, sentindo-se fortalecidas, pretendiam comparecer às seções preparatórias da instalação da Assembleia e se rebelar contra essa regra, não acatando as diretrizes da Comissão de Verificação.

Tentando minar a iniciativa oposicionista e evitar tumultos, no dia 17 de julho as forças da situação colocaram as tropas da

força policial do estado diante do prédio da Assembléia para impedir o ingresso dos candidatos da oposição não diplomados.<sup>183</sup> Configurado o conflito, no mesmo dia os oposicionistas ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói, controlada por elementos seus aliados, constituindo-se igualmente como Poder Legislativo. Instalava-se assim a duplicata de Assembléias.

Alegando a inconstitucionalidade da Lei Eleitoral que regulava as eleições de 1919, as principais figuras da oposição, Feliciano Sodré e Manoel Duarte, com o apoio do recém-eleito prefeito de Niterói, Teixeira Leomil, deram assim início aos trabalhos legislativos, e formularam protesto junto ao juiz federal Leon Rous-soulières (há muito comprometido com a oposição fluminense), denunciando a composição irregular das juntas de apuração. No seu entender, "da inconstitucionalidade da Junta decorria a nulidade dos diplomas, e em consequência, também a nulidade das leis, atos, e resoluções, do ajuntamento que com o título de Assembléia Legislativa resultar da reunião dos detentores de tais diplomas."<sup>184</sup> É interessante observar que os oposicionistas não reivindicavam a anulação do pleito e a constituição de novas juntas apuradoras. Ao mesmo tempo que negavam sua validade, consideravam-se eleitos. Naquele momento, porém, a coerência de seus argumentos não foi discutida.

A dualidade de Assembléias tornava mais concreto o perigo da dualidade de governos, já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência do legislativo estadual. A posse de Raul Fernandes estava portanto ameaçada.

Nos meses seguintes travar-se-ia uma luta surda nos bastidores da política fluminense e nacional, onde todas as armas seriam empregadas. As correntes oposicionistas fluminenses tudo fariam para conseguir o afastamento dos nilistas do poder, através da agitação

permanente, de forma a criar um clima de instabilidade de que justificasse a intervenção federal. Por seu lado, os nilistas tudo fariam para garantir suas posições. Após a derrota do levante militar de julho, passaram a assumir uma atitude de franco recuo e de aproximação com a situação federal, de forma a articular medidas neutralizadoras de qualquer iniciativa de intervenção. Uma carta de Raul Fernandes endereçada a Nilo em 26 de julho deixa claras as linhas gerais dessa nova conduta.<sup>185</sup>

O primeiro ponto importante da nova estratégia seria o lançamento de um manifesto da comissão executiva do PRRJ declarando que estava terminada a questão presidencial, o que significava dizer que não se questionava mais a vitória de Bernardes. O apoio ao candidato situacionista Estácio Coimbra para preencher o cargo de vice-presidente da República, deixado vago com a morte de Urbano dos Santos, evidenciava igualmente a tentativa de aproximação e a franca submissão à política oficial. Em relação à política interna fluminense, procurava-se articular o nome de José Tolentino para presidir a Assembleia Legislativa em substituição a Artur Costa. Em virtude das boas relações de Tolentino com políticos mineiros e com o próprio governo federal, acreditava-se com isso poder abrir novos espaços de negociação.

Com essas medidas os nilistas pensavam consolidar a eleição de Raul Fernandes, de maneira que sua posse ficasse garantida e fosse esvaziada a tentativa de dualidade posta em curso. Pretendiam também afrouxar o cerco que vinham enfrentando, ocasionado pela vigência do estado de sítio no estado do Rio. A correspondência de Artur Bernardes com Afrânio de Melo Franco revela que o presidente eleito aparentemente mostrava-se sensível a essas negociações. Criticando as oposições fluminenses, Bernardes declarava que preservava

sua liberdade de ação na política do estado do Rio, independente de seus aliados, o que pode ser entendido como uma intenção de não promover a intervenção.<sup>186</sup>

A despeito de todos esses esforços, o cerco cada vez se fechava mais para os nilistas fluminenses. O estado de sítio não foi suspenso, e as perseguições políticas cresciam em intensidade. Na Câmara Federal, a oposição fluminense liderada por Galdino do Vale Filho capitaneava as denúncias sobre o envolvimento de políticos nilistas na revolta tenentista de julho.<sup>187</sup> A Assembléia Legislativa do estado do Rio era igualmente alvo de intervenções, chegando a ter censurada a publicação de discursos dos seus parlamentares.

### 3.2 A intervenção federal em marcha

A posse de Bernardes na presidência da República em 15 de novembro de 1922 veio agravar ainda mais a situação dos nilistas e confirmar antigos temores de intervenção federal. As possibilidades de intervenção de fato cresciam dia a dia, tornando o tema objeto de discussão cotidiana da imprensa carioca e polarizando a opinião pública nacional. Jornais nilistas como o Jornal do Brasil e a Gazeta de Notícias criticavam os argumentos utilizados pela oposição fluminense para contestar a eleição de Raul Fernandes e reafirmavam a regra básica da política dos governadores declarando: "Não se compreende na federação outra política que não seja de conservar os situacionismos estaduais."<sup>188</sup> No entanto, Bernardes começava a armar um esquema de arrocho político no país, e no Congresso nacional iniciava-se a discussão de uma lei de imprensa que estabeleceria uma rígida censura aos jornais. Discutia-se igualmente outro projeto de lei, visando conceder licença para processar os deputados oposicionistas.

Nesse quadro, mais uma vez as oposições fluminenses sentiam-se em condições de avançar. Em 11 de dezembro de 1922, uma representação da Assembléia Legislativa oposicionista, presidida por Horácio Magalhães Gomes, foi ao presidente da República pedir providências para que seu funcionamento fosse reconhecido, uma vez que estava constituída uma outra Assembléia Legislativa, presidida por Artur Costa, cuja organização reputava inconstitucional.<sup>189</sup>

Feliciano Sodré, igualmente, enviou uma representação a Bernardes invocando sua qualidade de presidente do estado legitimamente eleito e reconhecido pela Assembléia presidida por Horácio de Magalhães. Sodré reclamava ainda contra as perturbações produzidas pelo partido situacionista, que intentava colocar no governo do estado outro cidadão. Com essa iniciativa estava definitivamente aberta a porta para a intervenção federal.

Os nilistas, em contrapartida, procuravam desqualificar as investidas da oposição, ridicularizando a dualidade de Assembléias e denominando a Assembléia oposicionista de "mambembe sodresista". Contudo, com o agravamento do clima político, em 23 de dezembro Raul Fernandes requereu habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal (STF), com vistas a neutralizar possíveis perturbações no dia da sua posse no cargo de presidente do estado.<sup>190</sup>

Em 27 de dezembro o STF concedeu o habeas corpus, e Raul Fernandes foi empossado no dia 31. Apesar de empossado, Raul Fernandes não conseguiu governar, pois na mesma data Feliciano Sodré também foi investido no cargo pela Assembléia de oposição. Paralelamente, as autoridades federais passaram a boicotar o governo de Raul Fernandes, impossibilitando o exercício da administração. Além disso foram despachados para vários municípios agentes da polícia do Distrito Federal, os quais, em conivência com políticos oposicio-

nistas, procederam à deposição das autoridades locais.<sup>191</sup>

Enfim, a anarquia estava instalada no estado, e Bernardes a reconhecia, encaminhando ao Congresso as representações e os documentos com que os oposicionistas fluminenses denunciavam a dualidade de Assembléias e de governo do Rio de Janeiro. No entanto, estava-se nas vésperas do recesso do Congresso, que somente em maio do ano seguinte poderia votar a intervenção.<sup>192</sup> Ficava assim aberto o espaço para que o governo federal, neste interregno, manobrasse o caso de acordo com seus interesses mais imediatos.

A 10 de janeiro de 1923, Aurelino Leal foi convidado para ser interventor no estado do Rio. Nesse mesmo dia Bernardes assinou o decreto de intervenção federal, que iria vigorar até a abertura dos trabalhos legislativos [em 1923], quando o Congresso ratificou a decisão presidencial.



### NOTAS

1. Sandra Pesavento, A Revolução Federalista. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 21-22.
2. José Murilo de Carvalho, A construção da ordem. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 171-172.
3. Joseph Love, O regionalismo gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975. Ver também Robert Levine, A velha usina, Pernambuco na federação brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, e Eul Soo Pang, Coronelismo e oligarquias, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
4. Marieta de Moraes Ferreira, "Política e poder no estado do Rio na República Velha", em Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, nº 1, 1985, p. 115-122.
5. Afonso Arinos de Melo Franco, Um estadista da República; Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 501.
6. As intenções de Nilo Peçanha e seu grupo em relação à disputa presidencial ficam evidenciadas através da correspondência encontrada em seu arquivo. César Tinoco considerava boas as perspectivas políticas de Nilo no quadro nacional: "De acordo com a evolução da política nacional vejo o grande amigo e mestre mais próximo da presidência." (Carta de César Tinoco a Nilo Peçanha em 18 de outubro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República) O deputado federal fluminense Azevedo Sodré, ao avaliar igualmente as perspectivas futuras, previa que Minas e São Paulo rachariam na próxima sucessão presidencial, "e esse seria o momento para o nosso prestigioso chefe, em cu-

ja habilidade tanto confiamos". (Carta de Azevedo Sodré a Nilo Peçanha em 2 de outubro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República) Ernesto da Silva também se refere às intenções de Nilo de chegar à presidência da República e à impossibilidade de sua candidatura em 1919 pelo fato de não ter deixado o Ministério das Relações a tempo de se desencompatibilizar. (Carta de Ernesto da Silva e Nilo Peçanha em 4 de abril de 1919, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República)

7. O Estado, 9/4/1919, p.1.

8. Vítor Nunes Leal, Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 244.

9. Paul Cammack, "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica" em Cadernos DCP, Belo Horizonte, março de 1979, nº 5, p. 1-20.

10. Miguel de Carvalho, um dos mais tradicionais oposicionistas fluminenses, ao fazer uma avaliação da política nilista em relação às oposições, enfatizava especialmente os resultados do pleito de fevereiro de 1918 e a degola dos antinilistas: "Tal resultado, se não nos tornou de todo descrente da regeneração de nossos costumes políticos, arrefeceu sem dúvida o entusiasmo pela luta nas urnas, abstendo-nos de participar da eleição para a presidência do Estado (em julho de 1918) e para deputados estaduais (em janeiro de 1919), nas quais não apresentamos candidatos nossos."

O Estado, 9/4/1919.

11. Edgar Carone, A República Velha (evolução política), São Paulo, Difel, 1974, p. 247 a 342.

12. O Estado, 18/3/1919, p.1.

13. Idem, ib.

14. Idem, ib.
15. O Estado, 4/5/1919, p.1.
16. O Estado, 21/3/1919, p.1.
17. O Estado, 4/5/1919, p.1.
18. O Estado, 9/4/1919, p.1.
19. Nilo Peçanha se engajou profundamente na campanha pró-Rui, colocando toda a máquina eleitoral fluminense à sua disposição, além de articular todos os seus contatos na esfera federal. A correspondência relativa aos meses de março e abril de 1919 contida no Arquivo Nilo Peçanha trata essencialmente deste tema.
20. Carta de Francisco Leal a Nilo Peçanha em 14 de abril de 1919. Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
21. O Estado, 3 e 4/5/1920, p.1.
22. A correspondência de Nilo Peçanha no período entre 1919 e 1921 atesta sua total identificação com Raul Veiga, bem como seu completo controle sobre todas as decisões tomadas no estado. O deputado Ramiro Braga fazia o seguinte juízo sobre Raul Veiga: "É um espírito partidário, leal, sem veleidades de formar agremiações pessoais e que lhe é dedicado." (Carta de Ramiro Braga a Nilo Peçanha em 14 de dezembro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República)
23. O Estado, 4/5/1920.
24. Esta situação diferia da ocorrida em 1909, quando foi feita uma tentativa formal de acordo entre nilistas e backeristas, com ganhos especificados para cada parte.

25. Carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha em 1918, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
26. Carta de Teixeira Brandão a Nilo Peçanha em 6 de abril de 1919, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
27. Carta de Ramiro Braga a Nilo Peçanha em 14 de dezembro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
28. O Estado, 3/4/1919, 1/7/1920 e 8/5/1921. É interessante ressaltar que este conflito entre Galdino do Vale e Raul Veiga não foi atenuado pelos estreitos laços familiares que os uniam. Ambos pertenciam à família Moraes (eram primos irmãos e cunhados) e eram originários da mesma região, o município de Trajano de Moraes.
29. O Estado, 1/10/1920, p.1.
30. Vítor Nunes Leal, op. cit., p. 119.
31. Idem, ib., p. 82. Ver também José de Castro Nunes, A jornada revisionista. Rio de Janeiro, SCP, 1924, p.30.
32. Maurício Medeiros, A reforma constitucional de 1920. Rio de Janeiro, Ed. Jacinto Ribeiro Soares, 1922, p. 102.
33. Discurso de Belisário de Sousa em Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Sessões ordinárias), 1920, p. 656.
34. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Sessões constituintes), 1920, p. 238.
35. O Estado, 2/10/1920, p. 2.
36. Carta de 15 de outubro de 1919, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

37. Carta de 18 de outubro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
38. Maurício Medeiros, op.cit., p. 13.
39. Idem, ib., p. 14 a 31.
40. Maurício Medeiros op.cit., p. 70.
41. Constituição de 1920, em Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Sessões constituintes), 1920, p. 150  
Anexos: publicação da constituição p.3 a 14.
42. Belisário de Sousa, op.cit., p. 656.
43. Discurso de Custódio Viana em Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Sessões constituintes), 1920, p. 155.
44. Vítor Nunes Leal, op.cit., p. 225.
45. Maurício Medeiros, op.cit., p. 7.
46. Carta de 18 de outubro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
47. Maurício Medeiros, op.cit., p. 133.
48. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Sessões constituintes), 1920, p. 155 e anexos p. 14.
49. Ver carta de Ramiro Braga a Nilo Peçanha em 5 de fevereiro de 1921, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
50. Ver carta de Azevedo Sodré a Nilo Peçanha em 2 de outubro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
51. Idem, ib. Criticando a atitude de Maurício de Lacerda, Azevedo

Sodré o acusava de ocupar "a tribuna quase diariamente para fazer uma oposição desenfreada, descontrolada e agressiva à pessoa do presidente".

52. Ver discurso de Maurício de Lacerda em 11 de maio de 1920 em Anais da Câmara Federal, 1920, vol. 1, p. 559. Ver também Ângela Maria de Castro Gomes, Burquesia e trabalho, Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 55-58.

53. Ver discurso de Maurício de Lacerda em 13 de dezembro de 1920 em Anais da Câmara Federal, 1920, vol. XIV, p. 186.

54. Carta de 30 de novembro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

55. O Estado, 12/2/1921, p. 5.

56. Carta de 5 de fevereiro de 1921, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

57. Para efeito de eleições estaduais, o estado do Rio era dividido em cinco distritos eleitorais; no caso de eleições federais esse número se reduzia a três. A chapa lançada pelo PRRJ para as eleições de fevereiro de 1921 era composta dos seguintes nomes: 1º distrito - Azevedo Sodré, Manuel Reis, J. E. de Macedo Soares, Laurindo Lemgruber Filho e Maurício Medeiros; 2º distrito: João Guimarães, Inácio Veríssimo de Melo, Julião Ribeiro de Castro, Buarque de Nazaré e Manoel Temístocles de Almeida; 3º distrito: Rual Fernandes, Francisco Marcondes Macedo Jr., Domingos Mariano e Ramigo Braga. O Estado, 28 e 29/1/1929.

58. O Estado, 3 e 16/2/1921.

59. A chapa oposicionista era assim composta: 1º distrito: Galdino do Vale Filho, Belisário Soares de Sousa, Norival Soares de Freitas, Luís Teixeira Leomil e Joaquim Moreira; 2º distrito: Feliciano de Abreu Sodré, Júlio Veríssimo dos Santos, Benedito Pereira Nunes, Félix de Miranda e Faria Souto; 3º distrito: Francisco Chaves de Oliveira Botelho, Teixeira Brandão e Henrique Borges Monteiro. O Estado, 15/2/1921.

60. Discurso de César Tinoco em 23 de setembro de 1921, em Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 1921, p. 435.

61. Discurso de Luís Guaraná em 16 de maio de 1922, em Anais da Câmara Federal, 1922. Ver também Maria Emília Marchiori O mundo das usinas: problemas da agroindústria açucareira no município de Campos, 1922-1923. Tese apresentada ao grupo de mestrado em história da Universidade Federal Fluminense em 1979.

62. O Estado, 10, 12 e 28/1/1921.

63. Miriam Stanley, A companhia agrícola Usina de Santa Maria: estudo de um caso. Niterói, 1983. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, p. 58 e 59.

64. Embora o jornal O Estado não forneça informações detalhadas sobre as diversas greves, é possível detectar os seguintes movimentos: greve do porto de Itambi, greve da construção civil, greve dos marinheiros da Cantareira, greve dos trabalhadores de carvão e greve dos pequenos produtores que não podiam vender seus produtos no perímetro urbano de Niterói após as dez horas da manhã.

65. Várias informações levantadas indicam que o operariado de Petrópolis e Niterói tradicionalmente se aliava às oposições. Algumas propostas levadas pela oposição visando reformular o estatuto dos o-

perários do estado, transformando-os em funcionários públicos, foram boicotadas pela administração nilista. Ver carta de Fróes da Cruz a Nilo Peçanha em janeiro de 1919, e carta de Antônio Santos a Nilo em maio do mesmo ano, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República. Ver também projeto de Custódio Viana em Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 1919, p. 974.

66. Norival Freitas obteve 11.251 votos e Joaquim Moreira 10.132 votos, ficando em terceiro lugar o nilista José Eduardo Macedo Soares, com 8.312 votos. Os demais eleitos foram Maurício Medeiros, com 8.270 votos; Azevedo Sodré, com 8.260, e Manoel Reis, com 8.012. A vitória de um segundo nome oposicionista eliminou o nilista Lemgruber Filho.

67. Os resultados eleitorais confirmaram o princípio de reeleição dos nilistas. Foram reconduzidos Temístocles de Almeida, Julião de Castro, Buarque Nazareth, João Guimarães e Veríssimo de Melo.

68. Os candidatos nilistas eleitos foram: Domingos Mariano, Ramiro Braga, Francisco Marcondes e Raul Fernandes. Apenas um oposicionista, Henrique Borges Monteiro, foi eleito. Os dados relativos aos resultados eleitorais nos três distritos foram extraídos do jornal O Estado de 23, 24 e 25/3/1921.

69. Apulcro Xisto A verdade histórica: da convenção de 1921 à revolução de junho de 1922, Rio de Janeiro, s.c.p., 1922; Bruno de Almeida Magalhães, Artur Bernardes, um estadista da República. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973; Hermes da Fonseca Filho, Marechal Hermes. Rio de Janeiro, IBGE, 1961; José Tolentino, Nilo Peçanha e sua vida pública. Rio de Janeiro, Armando Martins Editora, 1930; Laurita Pessoa Raja Gabaglia, Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951, 2v.; Mozart Lago, A convenção nacional de 1921. Rio de Janeiro,



ro, Pimenta de Melo, 1921; Sertório Castro, A República que a revolução destruiu. Rio de Janeiro, s.c.p., 1932.

70. José Tolentino, op.cit.

71. Boris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira" em História geral da civilização brasileira; o Brasil republicano III; Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1982. Ver também Maria Cecília Forjaz, Tenentismo e política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Afonso Arinos de Melo Franco, Um estadista da República; Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, 3v.; Brígido Tinoco, A vida de Nilo Peçanha. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962; Celso Peçanha, Nilo Peçanha e a revolução brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

72. A correspondência relativa aos anos de 1920 e 1921 apresenta indicações de que o afastamento de Nilo do país e sua permanência na Europa durante mais de um ano constituíram uma estratégia adotada, visando preservar sua figura do desgaste dos conflitos políticos cotidianos fluminenses e evitar a obrigação de assumir compromissos concretos relativos à sucessão presidencial.

73. Carta de Maurício Medeiros a Raul Veiga em 2 de dezembro de 1920, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

74. José Tolentino, op.cit., p. XXVII.

75. Winston Fritsch, Aspectos da política econômica brasileira na Primeira República, Cambridge, Universidade de Cambridge, tese de doutoramento, mimeo, 1983. Cap. IV.

1924. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, IPEA, dez. 1980, p. 713-774.

76. Discurso de Correia de Brito em Documentos parlamentares; meio circulante (emissão de 1920), v. 12, p. 93-98; discursos de Sousa Filho em Documentos parlamentares; meio circulante(1921/1922), v. 14, p. 185-188 e Anais da Câmara Federal, 1921, v. 17, p. 553-557; e discurso de Gonçalves Maia em Documentos parlamentares; meio circulante (1921-1922), v. 14, p. 181-182.

77. A pesquisa realizada nos diversos volumes dos Anais da Câmara Federal de 1921 não encontrou referências à participação e ao posicionamento da bancada baiana.

78. Discursos de Otávio Rocha em Documentos parlamentares; meio circulante (1921-1922), v. 14. p. 59-60, e Anais da Câmara Federal, 1921, v. 17, p. 597-607.

79. Discurso de Maurício de Medeiros em Anais da Câmara Federal, 1921, v. 16, p. 530; posicionamento da bancada fluminense na votação do projeto de criação do "Instituto de Defesa Permanente da Produção Nacional", em Anais da Câmara Federal, 1921 v. 16, p. 67 e 68, v. 17, p. 312 e v. 13, p. 876-882.

80. Rascunho de um manifesto à nação, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República, 1921.

81. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, 1920 e 1921; ver especialmente os discursos de Soares Filho (1921), p. 308 e de Sílvio Rangel, (1921), p. 308 e 318.

82. Carta de 1º de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

83. O Estado, 13/4/1921.

84. Ver cópia de carta sem destinatário, de 10 de maio de 1921; carta de Antônio Sá a Raul Soares de 15 de abril de 1921, e cópia da

carta de Joaquim Sales a Artur Bernardes em 4 de abril de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

85. Carta de 23 de abril de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

86. Telegrama de 24 de maio de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

87. Carta de Júlio Barbosa a João Luís Alves em 28 de abril de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

88. Afonso Arinos de Melo Franco, op.cit., p. 744. Embora haja referências às pretensões de Raul Veiga a vice-presidente, a disputa pela vaga ficou restrita oficialmente a Pernambuco e Bahia.

89. Carta a Raul Soares de autor ininteligível em maio de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

90. Telegrama de Raul Veiga a Artur Bernardes em 1º de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

91. Carta de 1º de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

92. Carta de Raul Veiga a Artur Bernardes em 31 de maio de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

93. Telegrama de Artur Bernardes a Raul Soares reproduzindo telegrama de Nilo a Raul Veiga, em 1º de setembro de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

94. Telegrama de Raul Soares a Artur Bernardes em 1º de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

95. Carta de Raul Soares a Artur Bernardes em 1º de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

96. Ver Afonso Arinos de Melo Franco, op.cit., p. 745.

97. Carta de Leon Roussoulières a Artur Bernardes em 15 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

98. Carta de Artur Bernardes a Raul Soares em 5 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

99. Celso Peçanha, op.cit., p. 114.

100. O engajamento do Correio da Manhã contra Bernardes é tradicionalmente explicado em função da negativa da política mineira em atender ao pedido de reconhecimento do deputado baiano Leão Veloso feito por Bittencourt. Embora esse incidente tenha efetivamente acontecido, é importante considerar que o Correio da Manhã, no quadro da República Velha, caracterizou-se por sua posição independente e crítica do controle do poder pelas oligarquias dominantes, e por uma postura de defesa dos interesses das massas urbanas do Distrito Federal. Essa posição tradicional do Correio da Manhã, de crítica ao domínio dos grandes estados, o colocaria frontalmente contra a candidatura Bernardes, que mais uma vez reproduzia esse esquema de dominação. Ver Dicionário Histórico-Bioográfico Brasileiro, 1930-1983, Rio de Janeiro, Forense-Universitária/FINEP/FGV-CPDOC, 1984, p. 945.

Por outro lado, havia uma certa proximidade entre Edmundo Bittencourt e Nilo Peçanha. A campanha de Nilo em 1914 no estado do Rio foi apoiada pelo Correio da Manhã, e a campanha presidencial de Rui Barbosa em 1919 também encontrou Nilo e Bittencourt unidos.

101. Sueli Robles, Os radicais da República, São Paulo, Brasiliense, 1986.

102. Afonso Arinos de Melo Franco, op.cit., p. 752.

103. O Arquivo Raul Soares possui inúmeras cartas relatando as tentativas feitas para manter Nilo atrelado à candidatura Bernardes.

104. A expressão "Santa Aliança" era usada pela dissidência para definir de maneira pejorativa a aliança Minas-São Paulo, numa alusão à Santa Aliança formada em 1815 na Europa pela Inglaterra, Rússia e o Império Austro-Húngaro, que se uniram para combater as idéias liberais trazidas pela Revolução Francesa.

105. Carta de Rui Barbosa a Nilo em 15 de junho de 1921, Arquivo Rui Barbosa, Fundação Casa de Rui Barbosa. A bibliografia que trata direta ou indiretamente do tema descreve minuciosamente as idas e vindas dessa negociação.

106. Carta de A.C. de Sousa e Silva a Artur Bernardes em 24 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

107. O Estado, 25/6/1921, p. 1.

108. O Estado, 26/6/1921, p. 1.

109. Para o estudo do funcionamento do sistema eleitoral, ver Rodolfo Telaarolle, Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Col. Tudo é História, 56).

110. Para esse ponto ver Vítor Nunes Leal, op.cit., p. 48-49.

111. Depoimento de Moniz Sodré relatado por carta de A.C. de Sousa e Silva a Artur Bernardes em 24 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

112. Correspondência relativa à Reação Republicana, de junho de 1921 a março de 1922, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

113. Carta de 13 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

114. No segundo semestre de 1921 foi votado na Assembléia Legislativa fluminense um aumento salarial para todos os juizes que iriam

presidir aos trabalhos eleitorais. Carta de Lopes Martins a Raul Soares em 12 de setembro de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

115. Anteriormente os candidatos limitavam-se a apresentar sua plataforma eleitoral no Distrito Federal. A Campanha Civilista lançada por Rui Barbosa na sucessão de 1910 apresentou alguma inovação ao promover algumas conferências no Rio de Janeiro e na Bahia. Foi o próprio Nilo, na sucessão estadual fluminense de 1914, que inaugurou um estilo de campanha que o levou a percorrer os principais municípios fluminenses fazendo comícios eleitorais.

116. Essa discussão acerca da importância e das limitações do voto na República Velha pode ser acompanhada através dos trabalhos de Vítor Nunes Leal, op.cit., p. 19-25, Paul Cammack, op.cit. p.1-20, e José Murilo de Carvalho, verbete Coronelismo, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit. p. 932-934.

117. Francisco Borges de Castro, J.J.Seabra - sua vida, sua obra na República. Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1931.

118. Nilo Peçanha, Política, Economia e Finanças - A campanha presidencial de 1921-1922. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p. 45.

119. Idem, ib., p. 87.

120. Idem, ib., p. 80.

121. Idem, ib., p. 165.

122. Idem, ib., p. 7.

123. Manifesto de Nilo Peçanha à nação, lançando em 14/11/1922, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República, v. 49, p. 2, nº 64.

124. Celso Peçanha, Nilo Peçanha e a revolução brasileira, op.cit., p. 135.

125. Carta de um eleitor do Rio de Janeiro a Nilo Peçanha em fevereiro de 1922, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
126. Carta de Lopes Martins a Raul Soares em 7 de novembro de 1922, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC. Os principais jornais nilistas no Distrito Federal eram Correio da Manhã, A Rua, A Noite, O Imparcial.
127. Celso Peçanha, op.cit., p. 109-138, e Robert Russel, Nilo Peçanha and the fluminense politics. Tese de doutorado apresentada à Universidade do Novo México, U.S.A., 1974.
128. Carta de Lopes Martins a Raul Soares, op.cit.
129. José Murilo de Carvalho "As forças armadas na primeira República: O poder desestabilizador", em Boris Fausto, História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano, 2ºv. São Paulo, Difel, 1978, p. 220.
130. Manifesto de lançamento da Reação Republicana, O Estado, 25 e 26 de junho de 1921.
131. Carta do general Cardoso Aguiar a Nilo Peçanha em 19 de novembro de 1921, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.
132. O Imparcial, 6/11/1921, p. 1.
133. Xisto Apulcro, em A verdade histórica da convenção de junho de 1921 à revolução de julho de 1922 (Rio de Janeiro, S.C.P., 1922), relata que elementos do grupo nilista no estado do Rio estavam envolvidos na articulação e divulgação dos documentos falsos e que os falsários ficaram escondidos temporariamente na casa de Sílvio Rangel e de José Eduardo Macedo Soares.
134. A correspondência recebida por Nilo de militares, após a divulgação das "cartas falsas", fornece informações sobre o estreitamento

de laços. Carta de Lúcio Amaral, de Corumbá, em 9/12/1921, declarava: "A oficialidade do Exército e também da Marinha em Ladário, está toda ao lado de V.Exa."

135. Edgar Carone, op.cit. p. 345.

136. Idem, ib., p. 345.

137. O Estado, 1, 2 e 4/4/1922.

138. O Estado, 1 e 9/4/1922.

139. O Estado, 6/4/1922.

140. O Estado, 27/4/1922.

141. Edgar Carone, op.cit., p. 349.

142. O Estado, 7/4/1922.

143. O Estado, 6/5/1922.

144. O Estado, 6/5/1922.

145. O Estado, 6, 11 e 12/5/1922.

146. O Estado, 18/5/1922.

147. O Estado, 19/5/1922.

148. Desde o ano anterior já se falava no armazenamento de armas por ambas as partes em vista da possibilidade de eclosão do conflito armado. Correspondência de Artur Bernardes e Afrânio de Melo Franco em janeiro de 1922, Arquivo Afrânio de Melo Franco, Biblioteca Nacional.

Segundo declaração de José Eduardo Macedo Soares, o plano de Nilo era impedir a posse de Bernardes diante do Congresso por



uma grande movimentação popular; o que se pretendia dos militares era apenas a abstenção simpática. Hélio Silva, 1922 - Sanque na areia de Copacabana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 253.

149. José da Costa Porto, op.cit., p. 13-21.

150. Edgar Carone, op.cit., p. 352.

151. Carlos da Silva Costa, Os acontecimentos de 5 e 6 de julho. Denúncias do Procurador Criminal da República. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923. Ver também cópia de documento da Procuradoria Criminal de acusação a Nilo Peçanha, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República, e parecer de Afrânio de Melo Franco de novembro de 1922, aprovando a concessão de licença da Câmara para processar Macedo Soares, pasta 404, Arquivo Afrânio de Melo Franco, Biblioteca Nacional.

152. Edgar Carone, op.cit., p. 359.

153. Maria Cecília Forjaz, op.cit., p. 34.

154. Carta de Nilo Peçanha a Francisco Sá em 22/9/1922, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

155. Nilo Peçanha, Manifesto à nação, em 14/11/1922, Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

156. O Estado, 16/12/1921, p.1.

157. Carta de Raul Soares a Artur Bernardes em 17 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

158. Carta de Leon Roussoulières a Artur Bernardes em 13, 15 e 16 de junho de 1921, Arquivo Raul Soares, FGV/CPDOC.

159. Anais da Câmara Federal, 1921, v.III, p. 377-378.

160. Lei Orgânica das Municipalidades, sessão de 28 de outubro de 1921, Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, p. 969-984.

161. Lei Eleitoral, sessão de 29 de outubro de 1921, Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, p. 1009-1027.

162. Parecer de Clovis Bevilacqua sobre a Lei Eleitoral fluminense de 3 de novembro de 1921, pasta 176, Arquivo Afrânio de Melo Franco, Biblioteca Nacional.

163. Parecer de Pedro Tavares Jr. sobre a Constituição de 1920 do Estado do Rio, pasta 176, Arquivo Afrânio de Melo Franco, Biblioteca Nacional. Ver também Temístocles Brandão Cavalcanti et alii, O voto distrital no Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975, p. 214.

164. O Estado, 17 e 19/12/1921, p. 1.

165. Eram as seguintes as chapas da oposição:

1º distrito: Alfredo Rangel, Homero Pinho, Ciro Torres, Eduardo Portela Silva Marques, Manoel Duarte e Galdino do Vale Filho (oito candidatos).

2º distrito: Alberto Lamego, Sigmaringa Siexas, Thiers Cardoso, Arnaldo Tavares, Feliciano Sodré, Américo Peixoto, Macarino Garcia, Jerônimo Tavares e Souza Lima (nove candidatos).

3º distrito: Mozart Lago, Faria Souto, José de Moraes, Nogueira Gama, Leitão da Cunha, Milton Arruda, Sadi Vieira, Custódio Padilha (oito candidatos).

4º distrito: Eugênio Barcelos, Paulino Neto, Horácio Magalhães, Sílvio Leitão, Rocha Werneck, Antônio Joaquim de Melo, José Claro e

Souza Melo (oito candidatos).

5º distrito: Álvaro Rocha, Moraes Barbosa, Osvaldo Duarte, Eugênio Nunes, Pedro Rodovalho, Frederico Azevedo, Dias Lima e Oscar Fontenelle (oito candidatos).

O Estado, 19/12/1921.

166. Nas cinco vagas deixadas para a minoria foram reconhecidas apenas dois oposicionistas: Belizário de Souza, pelo 1º distrito, e Macarino Garcia de Freitas, pelo 2º distrito. Para as três vagas restantes foram eleitos candidatos avulsos que embora não tivessem sido lançados na chapa oficial, eram ligados ao grupo nilista.

167. Parecer de Carlos Maximiliano sobre a Lei Eleitoral de 1921, pasta 176, Arquivo Afrânio de Melo Franco, Biblioteca Nacional.

168. O Estado, 9/5/1922, p. 1.

169. Discursos de João Guimarães, em 28/7/1922, e de Luís Guaraná, em 29/7/1922, Anais da Câmara Federal, 1922.

170. A comissão executiva do PRRJ eleita em 19 de abril de 1922 era composta por: José Tolentino (1º distrito); Ramiro Braga (2º distrito); Temístocles de Almeida (3º distrito); Francisco Marcondes (4º distrito); e Domingos Mariano, que substituiu Raul Fernandes (5º distrito). O Estado, 19/4/1922.

171. O Estado, 24/6/1922.

172. Plataforma de Raul Fernandes publicada no jornal O Estado, 24/6/1922, p. 1.

173. Idem, ib.

174. Idem, ib.

175. Idem, ib.

176. Feliciano Sodré, Discurso-plataforma pronunciado pelo Dr. Feliciano Sodré, no banquete que lhe foi oferecido a 2 de julho de 1922, como candidato das forças reunidas da oposição fluminense ao governo do estado. Niterói, 1922, s.c.p., 14p.

177. Vítor Nunes Leal, op.cit., p. 48-50.

178. O Estado, 8/6/1922, p. 1, e 18/6/1922, p. 2.

179. O Estado, 5/7/1922, p.2.

180. O Estado, 11 e 15/7/1922.

181. Discurso de Joaquim Moreira em 11 e 14 de outubro de 1922, Anais da Câmara Federal, 1922.

182. César Tinoco, tradicional liderança nilista de Campos, nos últimos anos assumira, ainda que não claramente, uma posição dissidente da orientação de seu grupo. Por ocasião da reforma constitucional de 1920, discordou da orientação do novo projeto, denunciando a grave situação em que se encontrava a produção açucareira campista e a necessidade da adoção de medidas para solucionar a crise. Além disso, César Tinoco não havia se candidatado à reeleição para deputado estadual. O Estado, 735 e 11/6/1922.

183. O Estado, 18 e 21/7/1922. Ver também Hélio Silva, 1922 - Sangue na areia de Copacabana, op.cit., p. 254.

184. Discurso de Henrique Borges em 22 de julho de 1922, Anais da Câmara Federal, p. 144 e 149.

185. Carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha em 26 de julho de 1922,

Arquivo Nilo Peçanha, Museu da República.

186. Carta de Artur Bernardes a Afrânio de Melo Franco em agosto de 1922, citada em Afonso Arinos de Melo Franco. Um estadista da República, op. cit., p. 1092.

187. Discurso de Joaquim Moreira em 16 de agosto de 1922, Anais da Câmara Federal, v.VII, p. 467 e 473.

188. O Estado, 10/12/1922, reprodução de artigo publicado no Jornal do Brasil.

189. O Estado, 12/12/1922, p. 1.

190. Hélio Silva, op.cit., p. 259.

191. Idem, ib., p. 262.

192. O Estado, 31/12/1922, p. 1.